



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**316ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 13 e 14 de abril de 2023

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 316ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Plataforma Zoom e Esplanada dos Ministérios - Bloco “F” Anexo, ala “A”, 1º andar, sala 108 - Brasília/DF

Data: 13 e 14/04/2023

1 Aos treze e quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três realizou-se a 316ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da Conselheira
3 Titular Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do CNAS e representante da Confederação Nacional
4 dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros(as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Ivone Maggioni Fiore, representante da
6 Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Conselheira Suplente Emilene Oliveira Araújo,
7 representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheira Titular Catarina de Santana Silva,
8 representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Suplente Norma Suely de Souza
9 Carvalho, representante do Lar Fabiano de Cristo; Conselheiro Titular Carlos Nambu, representante
10 da Inspeção São João Bosco; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, representante da
11 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Sandra
12 Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições
13 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheira Suplente Maria Aparecida do
14 Amaral Godoi de Faria, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conselheira Titular
15 Margareth Alves Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
16 Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT; Conselheiro Titular Agostinho Soares Belo, representante
17 da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Conselheira Suplente Ana Lúcia
18 Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO;
19 Conselheira Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único
20 de Assistência Social – FNUSUAS; Conselheira Suplente Bruna Cristina Neves Carnellosi,
21 representante da Associação Rede Brasileira da Renda Básica - RBRB; Conselheiro Titular Anderson
22 Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional de Lutas em Defesa da População em Situação
23 de Rua - MNLDPSR; Conselheiro Suplente Rafael Machado da Silva, representante do Movimento
24 Nacional População de Rua; Conselheira Titular Judite da Rocha, representante do Movimento dos

25 Atingidos por Barragens – MAB; Conselheiro Suplente Ismael Ultino Tavalone, representante do
26 Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD; Conselheiro Suplente
27 Guilherme Antônio Souza Ferreira, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
28 Social, Família e Combate à Fome - MDAS; Conselheira Titular Raquel de Fátima Antunes Martins,
29 representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome -
30 MDAS; Conselheiro Suplente Leandro de Oliveira Nardi, representante do Ministério do
31 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDAS; Conselheira Suplente
32 Daniela Spinelli Arsky, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
33 Família e Combate à Fomes - MDAS; Conselheira Suplente Fabiane Macedo Borges, representante
34 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDAS;
35 Conselheira Titular Solange Teixeira, Vice-Presidente do CNAS e representante do Ministério do
36 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDAS; Conselheira Titular
37 Célia Maria de Souza Melo Lima, representante do Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da
38 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Geovana Pádua Gobbo Marinot, representante
39 do Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira
40 Titular Magali Pereira Gonçalves Costato Basile, representante do Colegiado Nacional de Gestores
41 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Suplente Penélope Regina Silva e
42 Andrade, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
43 CONGEMAS. **ABERTURA 13/04/2023:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera iniciou a 316ª
44 Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e concedeu a palavra à Conselheira Judite da
45 Rocha, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que realizou a leitura de
46 mensagem. Em seguida, solicitou à Sra. Thais Braga, Secretária-Executiva Substituta do CNAS, que
47 realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, realizou a leitura da pauta
48 proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 13/04/2023: 9h às 10h - Reunião interna de
49 alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS; 10h às 11h - Aprovação da
50 ata da 315ª Reunião Ordinária e da pauta da 316ª Reunião Ordinária do CNAS; 11h às 12h - Informes
51 da Presidência/Secretaria Executiva, SNAS-MDAS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros;
52 14h às 15h - Apresentação do novo Programa Bolsa Família; 15h às 17h - Debate sobre a população
53 em situação de rua; 17h às 18h - Relato da reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência
54 Nacional de Assistência Social. Dia 14/04/2023: 9h às 10h30 - Relato da reunião da Presidência
55 Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento

56 da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS;
57 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e
58 Transferência de Renda; 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência
59 Social; 17h às 18h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
60 Assistência Social. Na sequência, passou-se à aprovação da Ata da 315ª Reunião Ordinária, a qual
61 foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Em seguida, passou-se à aprovação
62 da pauta da 316ª Reunião Ordinária do CNAS, a qual também foi aprovada pela unanimidade dos(as)
63 conselheiros(as) presentes. Dando sequência, passou-se aos informes da Presidência/Secretaria
64 Executiva. Com a palavra, a Sra. Thais Braga realizou o informe sobre os seguintes itens: Item 1.
65 Ausências Justificadas: A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho na 316ª Reunião Ordinária
66 do CNAS por motivos de saúde. Item 2. Convocação/Participação: A Presidente do CNAS, Margareth
67 Alves Dallaruvera participou da Reunião do Grupo de Trabalho Governo-Universidade em Saúde
68 Mental em Infância/Adolescência e Vulnerabilidade Social, no dia 17 de março, de forma presencial,
69 em São Paulo/SP; a Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou do I Seminário
70 Nacional Psicologia e Controle Social no SUAS, no dia 24 de março, de forma presencial, em
71 Brasília/DF; a Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou do evento com o
72 Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington
73 Dias para conhecer mais sobre as iniciativas do MDAS, no dia 28 de março, de forma presencial, em
74 Brasília/DF; a Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou da reunião com o
75 Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington
76 Dias e o Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão, no dia 29 de março, de forma
77 presencial, em Brasília/DF; a Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou da
78 reunião com o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Ricardo
79 Garcia Cappelli, no dia 29 de março, de forma presencial, em Brasília/DF; a Presidente do CNAS,
80 Margareth Alves Dallaruvera participou do Seminário "O controle social em um contexto de
81 polarização política: desafios à sociedade civil", no dia 29 de março, de forma virtual; a Presidente
82 do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou da XXIV Marcha a Brasília em Defesa nos
83 Municípios, no dia 30 de março, de forma presencial, em Brasília/DF; a Presidente do CNAS,
84 Margareth Alves Dallaruvera participou da Reunião com os Conselheiros e Trabalhadores do SUAS
85 do município de Guanambi/BA, no dia 03 de abril, de forma virtual; a Presidente do CNAS,
86 Margareth Alves Dallaruvera participou da Reunião com o Secretário Executivo do MDAS, Osmar

87 Júnior, no dia 04 de abril, de forma presencial, em Brasília/DF; a Presidente do CNAS, Margareth
88 Alves Dallaruvera participou da Roda de Conversa com o tema: “Assistência Social: Os impactos da
89 participação ativa dos usuários na construção das políticas públicas – FENAPESTALOZZI”, no dia
90 04 de abril, de forma virtual; a Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera participou da 18ª
91 Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS – CIT, no dia 05 de abril, de forma
92 presencial, em Brasília/DF; a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa foi convocada para
93 representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na 18ª Reunião Ordinária da
94 Comissão Intergestores Tripartite do SUAS, no dia 05 de abril, com início às 9h30, de forma
95 presencial, em Brasília/DF; os(as) Conselheiros(as) integrantes Grupo de Trabalho Prêmio Mérito
96 CNAS - Boas Práticas, foram convocados(as) para participar da reunião no dia 5 de abril, das 14h30
97 às 17h, de forma virtual; os(as) Conselheiros(as) integrantes da Comissão de Acompanhamento de
98 Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, foram convocados(as) para reunião no dia
99 10 de abril, das 9h às 17h, de forma presencial, em Brasília/DF; os(as) Conselheiros(as) integrantes
100 da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, foram convocados(as)
101 para reunião 11 de abril, das 9h às 17h, de forma presencial, em Brasília/DF; os(as) Conselheiros(as)
102 Titulares e Suplentes, foram convocados(as) para a 316ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
103 Assistência Social - CNAS nos dias 12 a 14 de abril, das 9h às 18h, de forma presencial, em
104 Brasília/DF; os(as) Conselheiros(as) segmento dos usuários, Solange Bueno e Rafael Machado;
105 os(as) Conselheiros(as) segmento de entidades, Carlos Nambu e Catarina de Santana Silva; e o
106 Conselheiro Agostinho Soares Belo foram convocados(as) para I Fórum Interconselhos, nos dias 18
107 e 19 de abril, de forma presencial, em Brasília – DF; os(as) Conselheiros(as) integrantes Grupo de
108 Trabalho Prêmio Mérito CNAS - Boas Práticas, foram convocados(as) para participar da reunião no
109 dia 20 de abril, das 9h30 às 12h, de forma virtual; as Conselheiras Raquel Martins e Solange Bueno
110 foram convocadas para participar da Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social
111 - Região Sul, a ser realizada nos dias 26 e 27 de abril, de forma presencial, em Curitiba/PR; as
112 Conselheiras Ana Lúcia Soares, Edna Alegro e Simone Cristina Gomes foram convocadas para
113 participar da Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Sul, a ser
114 realizada nos dias 26 e 27 de abril, em Curitiba/PR; o servidor Alex Santana de Araújo foi convocado
115 para participar da Reunião Preparatória no dia 25 de abril e para prestar apoio técnico-operacional à
116 Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Sul, a ser realizada nos dias
117 26 e 27 de abril, em Curitiba/PR; as Conselheiras Judite da Rocha e Magali Basile foram convocadas

118 para participar da Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Nordeste,
119 a ser realizada nos dias 26 e 27 de abril, de forma presencial, em Teresina/PI; as servidoras Maria
120 Auxiliadora Pereira e Thaís Braga foram convocadas para participar da Reunião Preparatória no dia
121 25 de abril e para prestar apoio técnico-operacional à Reunião Regional do Conselho Nacional de
122 Assistência Social - Região Nordeste, a ser realizada nos dias 26 e 27 de abril, em Teresina/PI; as
123 Conselheiras Maria Godoi e Solange Teixeira foram convocadas para participar da Reunião Regional
124 do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Centro-Oeste, a ser realizada nos dias 26 e 27
125 de abril, de forma presencial, em Goiânia/GO; as servidoras Maria das Mercês de Avelino Carvalho
126 e Randriene Maia foram convocadas para participar da Reunião Preparatória no dia 25 de abril e para
127 prestar apoio técnico-operacional à Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social -
128 Região Centro-Oeste, a ser realizada nos dias 26 e 27 de abril, em Goiânia/GO; os Conselheiros
129 Anderson Lopes e Leandro de Oliveira Nardi foram convocados para participar da Reunião Regional
130 do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Norte, a ser realizada nos dias 27 e 28 de abril,
131 de forma presencial, em Macapá/AP; as servidoras Regina Celia Cortez Sermoud e Maria Clevaneide
132 Pedrosa Badu foram convocadas para participar da Reunião Preparatória no dia 26 de abril e para
133 prestar apoio técnico-operacional à Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social –
134 Região Norte, a ser realizada nos dias 27 e 28 de abril, em Macapá/AP; o Conselheiro Rafael Machado
135 foi convocado para fazer uma visita à capital de Santa Catarina para atividades voltadas para a
136 melhoria da condição de vida da População LGBTQIAPN+ e População de Rua de Florianópolis, nos
137 dias 24 a 26 de abril; a Conselheira Solange Bueno foi convocada para representar o Conselho
138 Nacional de Assistência Social - CNAS no Seminário Estadual de Assistência Social em Piratuba/SC,
139 nos dias 24, 25 e 26 de maio; a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa foi convocada para
140 representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na 14ª Conferência Municipal de
141 Assistência Social de Betim/MG no dia 11 de julho. Item 3. Resoluções, decretos, leis e portaria
142 publicadas no DOU: Resolução CNAS/MDS nº 98, de 14 de março de 2023 - Altera o calendário de
143 Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, exercício de 2023; Portaria MDS nº
144 867, de 16 de março de 2023 - Altera a Portaria MC nº 746, de 3 de fevereiro de 2022, que estabelece
145 normas e procedimentos para a gestão dos benefícios previstos nos incisos I a IV do caput do art. 4º
146 da Lei no 14.284, de 29 de dezembro de 2021, os procedimentos operacionais necessários ao ingresso
147 de famílias, e a revisão cadastral dos beneficiários, e a Portaria MC nº 775, de 2 de junho de 2022,
148 que disciplina procedimentos relativos ao pagamento de benefícios e aos cartões do Programa Auxílio

149 Brasil - PAB, incluindo aqueles contratados junto à Caixa Econômica Federal; Decreto nº 11.447, DE
150 21 de março de 2023 - Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor; Medida
151 Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera
152 a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Instrução
153 Normativa nº 27/SENARC/MDS, de 23 de março de 2023 - Divulga aos Estados, Municípios e
154 Distrito Federal os prazos para prestação de contas dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada
155 do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único referente aos recursos executados no ano de 2021;
156 Portaria nº 10, de 24 de março de 2023 - Prorroga o prazo de preenchimento do Demonstrativo
157 Sintético Anual de Execução Físico Financeira; Resolucao CIT nº 2, de 24 de março de 2023 - Institui
158 a Câmara Técnica da Revogação da Portaria nº 2.362/2019, no âmbito da Comissão Intergestores
159 Tripartite (CIT) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Portaria MDS nº 111, de 27 de
160 março de 2023 - Altera a Portaria MDS nº 20, de 3 de fevereiro de 2023, que compõe a Comissão
161 Intergestores Tripartite do SUAS; Portaria MDS nº 871, de 29 de março de 2023 - Regulamenta as
162 ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema
163 Único da Assistência Social, instituído e aprovado por meio da Resolução MDS/CIT nº 01, de 07 de
164 fevereiro de 2023, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Resolução MDS/CNAS nº 96, de 15
165 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Decreto nº 11.460, de 30
166 de março de 2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta
167 da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados; Portaria/SAA/SE nº
168 197, de 31 de março de 2023 - A SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DA
169 SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
170 SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de
171 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das
172 atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, da Portaria/SE/MC nº 50, de 6 de maio de 2022,
173 publicada no Diário Oficial da União, de 9 de maio de 2022, considerando o art. 38 da Lei nº 8.112,
174 de 11 de dezembro de 1990, e o contido no Processo nº 71000.020030/2023-85, resolve: Designar a
175 servidora THAÍS PEREIRA BRAGA, para exercer o encargo de substituto eventual do Cargo
176 Comissionado Executivo de Secretário-Executivo do Conselho, código CCE 1.13, do Conselho
177 Nacional de Assistência Social, deste Ministério, nos afastamentos, impedimentos legais ou
178 regulamentares do titular e na vacância do cargo. Item 5. Aniversariantes do mês de abril: Daniela
179 Cristina Jinkings Santana - 01/04; Geovana Pádua G. Marinot - 06/04; Ana Lúcia Soares - 10/04; e

180 Fabiane Macedo Borges - 26/04. Com a palavra, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho,
181 Secretária-Executiva do CNAS, referendou a indicação da Sra. Thaís Braga para a sua substituição
182 em suas ausências justificadas e esclareceu que esse informe seria um meio de garantir o registro
183 dessas informações na ata. Passando aos informes da SNAS/MDAS, a Sra. Simone Aparecida
184 Albuquerque, Diretora do Departamento de Proteção Social Básica – DPSB, apresentou uma breve
185 apresentação do histórico do Programa Lancha da Assistência Social, criado a partir da Portaria MDS
186 nº 44/2013. Relatou que, em 25 de janeiro de 2023, foi enviado o questionário de monitoramento para
187 que fosse respondido e assinado pelos secretários municipais de assistência social e encaminhado ao
188 DPSB, acompanhado da documentação solicitada. Registrou que, dos 121 questionários
189 encaminhados, apenas 72 foram respondidos e ressaltou que o não atendimento da solicitação no
190 prazo previsto, implicaria na suspensão do repasse mensal do cofinanciamento federal destinado a
191 manutenção da embarcação. Arrazoou que, o DPSB, por meio de contatos telefônicos e ofícios,
192 estendeu repetidamente o prazo para que os municípios regularizassem a documentação, sendo o
193 último prazo finalizado em 10 de março de 2023, destacando que havia 49 municípios com pendência
194 que teriam os seus recursos suspensos. Registrou que, atualmente, havia 12 municípios com
195 pendência na transferência da titularidade da embarcação. Comunicou que a CIT criou Câmara
196 Técnica sobre o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS para a discussão do seu
197 reordenamento no âmbito do SUAS de acordo com a resolução do CNAS e que a sua próxima reunião
198 será realizada no dia 18 de abril, em que serão apresentadas todas as avaliações realizadas sobre o
199 programa. Apresentou as ações da SNAS nas Situações de Calamidade Pública e Emergência,
200 destacando que objetivo das ações relativas ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades
201 Públicas e Emergências compreende a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões
202 materiais para garantir ao usuário a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência
203 familiar. Explanou que o MDAS realizava o cofinanciamento federal do serviço, mediante solicitação
204 dos entes afetados, no valor de R\$ 20.000,00 mensais para cada grupo de 50 pessoas
205 desalojadas/desabrigadas que demandam alojamentos provisórios, observadas as regras no caso de
206 mais de mil pessoas acolhidas. Afirmou que, atualmente, esse cofinanciamento é normatizado pela
207 Portaria MDS nº 090, de 3 de setembro de 2013 e relatou que a SNAS realizava apoio técnico aos
208 entes federados que passaram por Situações de Emergência e Calamidade Pública. Elencou os estados
209 que receberam apoio em 2023 e destacou que os repasses em 2023 já totalizaram R\$ 5,7 milhões.
210 Informou que também foi criada a Câmara Técnica de Migrantes e Refugiados no âmbito da CIT, a

211 qual tratou em sua primeira reunião sobre: contextualização de migração; atuação da SNAS no
212 contexto de migração; fluxo migratório por crise humanitária; federalização em Roraima;
213 apresentação do contexto atual; migração e SUAS: marcos legais, orientações técnicas produzidas,
214 apoio técnico e financeiro disponíveis; definição dos objetivos da Câmara Técnica; e
215 encaminhamentos: calendário de reuniões e pauta da próxima reunião. Em seguida, relatou sobre as
216 ações do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP com relação ao Decreto
217 nº 8.726/2016, destacando que o Departamento vem envidando esforços para participar e colaborar
218 efetivamente nesse processo de revisão do decreto, trazendo questões referentes às especificidades
219 das OSCs que atuam na área de assistência social. Além disso, o DRSP vem desenvolvendo outras
220 ações para fomentar o debate sobre o MROSC e as OSCs no SUAS, buscando sanar os problemas
221 que vêm ocorrendo. Informou que foi retomado o urgente debate e encaminhamentos sobre a
222 regulamentação da Lei Complementar nº 187/2021 que trata da certificação das entidades
223 beneficentes de Assistência Social - CEBAS e dos procedimentos referentes à imunidade das
224 contribuições de seguridade social. Explanou que os processos de concessão e renovação do CEBAS,
225 que foram protocolados, a partir de 17 de dezembro de 2021, não podem avançar na análise devido à
226 ausência do decreto regulamentador e que estavam articulando com a Casa Civil, CONJUR,
227 Ministério da Saúde, Ministério da Educação para que o referido decreto fosse brevemente concluído,
228 aprovado e publicado. Registrou que estavam sendo realizadas audiências semanais do DRSP com as
229 OSCs e demais interessados em consultas, dúvidas e esclarecimentos sobre o processo de concessão
230 e renovação do CEBAS. Informou que seria lançado em breve, o Painel das OSCs da Assistência
231 Social, a partir das bases de dados do CNEAS e CEBAS, com a finalidade de tornar cada vez mais
232 transparente a atuação da Rede Socioassistencial Privada do SUAS nos territórios. Discorreu que o
233 MDAS havia prorrogado o prazo para os gestores locais prestarem contas dos recursos do IGD-Bolsa
234 Família, Serviços da Assistência Social e IGD-SUAS, visto que o prazo para prestação de contas
235 referentes aos serviços e programas socioassistenciais e do bloco da gestão do SUAS seria até 28 de
236 abril, para o IGD-PBF até o dia 31 de março e para informação sobre a deliberação a respeito das
237 contas apresentadas dos respectivos fundos até 30 de abril. Finalizando, apresentou os valores das
238 transferências realizadas, de forma regular e automática, para os estados e municípios em cada bloco,
239 sendo: (i) Bloco da Proteção Social Básica: R\$ 251,5 milhões; (ii) Bloco da Proteção Social Especial:
240 R\$ 115,2 milhões; (iii) Programa Criança Feliz – PCF: R\$ 71,9 milhões; (iv) IGD-PBF: R\$ 534,6
241 milhões; (v) PROCAD-SUAS: cerca de R\$ 199 milhões; totalizando R\$733.710.434,12 em 2023.

242 Seguindo aos informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, representante
243 do Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, externou a sua
244 satisfação em relação ao informe do PCF e, em seguida, informou que o FONSEAS realizou a sua
245 reunião presencial no dia 4 de abril e da Câmara Técnica de Assessoria no dia 3 de abril. Discorreu
246 sobre a finalização da pesquisa sobre os principais avanços e desafios encontrados nas secretarias
247 estaduais e sobre o lançamento da pesquisa sobre o financiamento da Política de Assistência Social
248 no âmbito dos estados e do Distrito Federal, a qual possui como objetivo demonstrar os investimentos
249 desses entes na política. Informou que será realizado o Encontro Descentralizado da Câmara de
250 Assessoria Técnica nos dias 3 e 4 de maio, em São Paulo/SP, para sistematizar e fazer a análise da
251 pesquisa anteriormente mencionada e que a Presidente do FONSEAS participou presencialmente na
252 instalação da Frente Nacional em Defesa do SUAS. Passando aos informes do CONGEMAS, a
253 Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile, representante do Colegiado Nacional de
254 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, externou a sua alegria diante dos
255 informes realizados pela SNAS e arrazoou que o CONGEMAS publicou a manifestação de
256 solidariedade aos gestores municipais, trabalhadores do SUAS, conselheiros(as) e população usuária,
257 no dia 17 de março, diante dos diversos ataques ocorridos no estado do Rio Grande do Norte.
258 Registrou a realização da Assembleia Geral Extraordinária do CONGEMAS, em formato virtual, no
259 dia 24 de março, na qual foi prorrogado o mandato da diretoria nacional até 30 de novembro de 2023
260 e a participação nos seguintes eventos: debate das arenas técnicas da 24ª Marcha à Brasília em Defesa
261 dos Municípios, nos dias 27 a 30 de março; assinatura da Portaria MDS nº 871/2023, que
262 regulamentou as ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro
263 Único pelo Ministro Wellington Dias, no dia 29 de março; agenda na UNICEF, em Brasília/DF, nos
264 dias 28 e 29 de março; 18ª Reunião Ordinária da CIT, no dia 5 de abril; e lançamento da Frente
265 Parlamentar em Defesa do SUAS, no dia 12 de abril. Seguindo aos informes da CIT, a Conselheira
266 Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em
267 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, destacou que, até o momento,
268 foram realizadas três reuniões da CIT, duas presenciais e uma virtual, nas quais existem um clima
269 muito favorável e aberto para o diálogo. Explanou que, na última reunião, foi apresentada a nova
270 composição da CIT e debatidos os avanços do financiamento. Além disso, discorreu que foram
271 apresentados os resultados das reuniões das câmaras técnicas instituídas, como já apresentado pela
272 SNAS, e o novo PBF. Acrescentou que houve debates sobre o PROCAD-SUAS e que frisou a

273 demanda encaminhada pelo CNAS sobre a criação de ação de repasse fundo a fundo para os conselhos
274 estaduais, a qual será apreciada na próxima reunião da CIT. Diante do horário avançado, os informes
275 foram interrompidos, passando à apresentação sobre a Política Nacional de Cuidados do Brasil. Com
276 a palavra, a Sra. Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família, explanou que o cuidado é
277 um direito e uma necessidade de todas as pessoas e um bem público essencial para o funcionamento
278 da sociedade e das economias, a garantia dos direitos e a igualdade, mas a sua atual forma de
279 organização gera e aprofunda pobreza e desigualdade. Explicou o que se entendia por cuidados e
280 ponderou que atual organização social do cuidado está baseada em um modelo de cuidado familiar
281 que se sustenta na divisão sexual do trabalho e no trabalho não remunerado das mulheres. Salientou
282 que: o papel do Estado é fundamental na garantia do direito ao cuidado; que as responsabilidades de
283 cuidado não podem continuar sendo atribuídas exclusivamente às mulheres; que transformar essa
284 realidade é uma condição essencial para alcançar a igualdade de gênero no mundo do trabalho, na
285 vida pública e na sociedade em geral; e que o investimento no setor de cuidados dinamiza a economia,
286 podendo gerar uma grande quantidade de empregos e, dessa forma, aumentar a renda das famílias e
287 a arrecadação de impostos, o que contribui para a redução da pobreza e a amortização do investimento
288 realizado. Destacou que é necessária transformação da atual organização social do cuidado exige
289 respostas públicas e políticas integradas e que as políticas integrais de cuidado são um elemento
290 fundamental de sistemas de proteção social universais e inclusivos que estão na base de Estados de
291 Bem Estar Social, visto que uma política integrada de cuidados deve necessariamente reconhecer e
292 enfrentar as desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira: de gênero, classe, raça,
293 etnia, territoriais e de idade. Discorreu que a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família –
294 SNCF tem o objetivo de coordenar, em parceria com o Ministério das Mulheres, a construção
295 intersetorial e interfederativa da Política Nacional de Cuidados que busque: garantir a satisfação das
296 necessidades e o direito aos cuidados de todas as pessoas, em especial crianças, pessoas com
297 deficiência, pessoas idosas e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado; assegurar trabalho decente e
298 protegido às pessoas ocupadas no trabalho remunerado de cuidados; e reconhecer, valorizar e
299 redistribuir o trabalho de cuidados, aliviando a carga de trabalho doméstico e de cuidados não
300 remunerado das mulheres e possibilitando a liberação do seu tempo e o usufruto de seus direitos em
301 outros âmbitos da vida. Dentro desse objetivo, informou que foi criado o Grupo de Trabalho
302 Interministerial - GTI (Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023) para elaboração da Política
303 Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados, com a participação de 17 Ministérios e

304 outros três órgãos públicos como convidados especiais e duração de 180 dias, podendo ser prorrogado
305 por uma vez por igual período. Por fim, elencou as competências desse GTI e explicou como estavam
306 construindo a Política Nacional de Cuidados do Brasil. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera
307 agradeceu pela exposição e questionou se havia alguma perspectiva em relação às instituições de
308 longa permanência para as pessoas idosas. Salientou a importância de regulamentar os trabalhadores
309 do cuidado e abriu para manifestação dos conselheiros. Com a palavra, a Conselheira Maria
310 Aparecida do Amaral Godói de Faria, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT,
311 externou a sua felicidade pela abordagem do tema e colocou o Departamento Intersindical de
312 Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a CUT e a Confederação de Seguridade Social à
313 disposição para contribuir na elaboração dessa política. A Conselheira Ana Lúcia Soares,
314 representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, agradeceu pela
315 apresentação e solicitou que houvesse uma aproximação com a Comissão de Política para
316 aprofundamento do tema. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, representante da Federação
317 Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, parabenizou pela apresentação e
318 discorreu sobre a importância de dar atenção ao cuidador. Parabenizou também a SNAS pela criação
319 do painel das OSCs que dará maior transparência dos serviços que são disponibilizados à população.
320 O Conselheiro Anderson Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional de Lutas em Defesa
321 da População em Situação de Rua – MNLDPSR, alegou que essa nova secretaria seria fundamental
322 e importante e solicitou que houvesse um cuidado com as mulheres idosas em situação de rua. A
323 Conselheira Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de
324 Assistência Social – FNUSUAS, observou que a Comissão de Política havia pontos relevantes em
325 relação à não utilização das lanchas e informou que seriam encaminhados à CIT os acompanhamentos
326 e deliberações da Comissão sobre o PCF para contribuir nas discussões. Cumprimentou a Secretária
327 Nacional de Cuidados e Família pela iniciativa e compreendeu que seria necessário trabalhar a
328 ampliação das metas e dos recursos referentes à média e alta complexidade. A Conselheira Penélope
329 Regina Silva e Andrade, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
330 Social – CONGEMAS, ressaltou a importância desse debate para os municípios e apresentou a
331 experiência do município de Surubim/PE, que criou o Grupo “Cuidado e Quem Cuida” para ouvir os
332 cuidadores. A Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile lembrou que havia um grupo de
333 trabalho na CIT que tratava sobre acolhimento institucional que teve muita dificuldade de evoluir e
334 informou que em seu município foi elaborado um decreto híbrido, mas entendeu que deveria avançar

335 no assunto no âmbito do governo federal. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore, representante da
336 Federação Nacional das APAES – FENAPAES, destacou a necessidade de fortalecimento dos
337 serviços existentes de média complexidade e arrazouo que seriam lançados cursos em EaD para
338 qualificação de cuidadores e educadores sociais em parceria com universidades. Reafirmou a
339 necessidade de rever a NOB/RH, a Resolução CNAS nº 217 e demais resoluções que tratam sobre os
340 profissionais que atuam no SUAS e colocou a sua rede à disposição para estudos e debates sobre a
341 política. A Sra. Simone Aparecida Albuquerque compreendeu que o debate é extremamente
342 importante e foi amplamente discutido na CIT e no CNAS com contribuição do IPEA, em 2009,
343 quando foi trabalhada a definição da tipificação dos serviços. Informou que foi criada a Coordenação-
344 Geral dos Serviços de Proteção Básica no Domicílio dentro do DPSB e salientou que o cuidado não
345 poderia ser comprado no mercado. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da
346 Rede Socioassistencial Privada do SUAS, parabenizou a Secretaria de Cuidado pelo trabalho
347 realizado de desnaturalização do cuidado como algo estritamente do âmbito privado e familiar.
348 Entendeu que a essência do SUAS era o cuidado por perpassar vários serviços e reforçou a
349 importância de trabalhar a questão da população em situação de rua e a população LGBTQIAPN+. A
350 Sra. Laís Abramo ponderou que os equipamentos de cuidado de longa duração seria um dos
351 equipamentos possíveis, porém, não deveria ser o único, uma vez que seria necessária uma oferta
352 variada de serviços para atender as especificidades existentes. Afirmou que os trabalhadores são uma
353 preocupação central e que as mulheres idosas em situação de rua seria um tema chave. Discorreu que
354 a relação entre o SUAS e o SUS seria fundamental, assim como com a rede nacional de educação e
355 de emprego e comentou que estariam fazendo um esforço para entender as experiências comunitárias
356 e municipais entre as políticas de cuidado. Por fim, inferiu que todo o debate realizado sobre o tema
357 deveria ser recuperado. Dando sequência, passou-se à apresentação do novo Programa Bolsa Família.
358 Com a palavra, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Diretora do Departamento de
359 Condicionalidades, discorreu sobre o processo de reconstrução do Bolsa Família em 4 Eixos, sendo
360 eles: prioridade e respeito às diferenças aos que precisam de mais proteção; garantia de renda e
361 ampliação da proteção de crianças de zero a seis anos; correção do Cadastro Único para garantir
362 atenção aos que precisam de mais proteção; e fortalecimento da articulação federativa e
363 interministerial (desenvolvimento e assistência social, saúde, educação e trabalho) e retomada das
364 ações intersetoriais. Explanou que, para implantação do novo programa, foi necessário tratar dos 5
365 milhões de cadastros individuais, as inconsistências de renda dos cadastros de 1,3 milhão de

366 famílias (renda per capita acima de meio salário mínimo) com cancelamento de benefícios e os
367 cadastros desatualizados há mais de dois anos e realizar busca ativa para alcançar famílias com
368 crianças em primeira infância não identificadas no cadastro. Elencou as premissas gerais do PBF,
369 sendo elas: todas as famílias recebem no mínimo R\$600,00; todas as crianças da família entre zero e
370 seis anos recebem um adicional de R\$ 150,00; nenhuma família vai receber menos do que recebia na
371 mudança de programa; e todas as crianças e adolescentes são prioridade no programa. Demonstrou
372 as especificidades do Programa Bolsa Família que foram ajustadas e explanou sobre a estrutura dos
373 benefícios e sobre as etapas de implementações dos benefícios, ponderando que o Bolsa Família
374 manteria, até a implementação de todos os benefícios em junho de 2023, o pagamento da cesta de
375 benefícios do Programa Auxílio Brasil com a adição do Benefício Primeira Infância do Bolsa Família.
376 Ponderou como seria o pagamento do Bolsa Família e a estratégia de emissão de cartões para o 1º
377 semestre de 2023. Informou que o benefício seria pago a partir do dia 14 de abril e relatou que, no
378 mês de março, havia o seguinte cenário: concessão de benefícios para todas as famílias na fila
379 (694.424 famílias), ampliação do investimento na 1ª infância, transferindo R\$ 1,33 bilhões a
380 8.876.314 crianças de zero a seis anos para 7.214.853 famílias; atendimento de 21.194.184 famílias
381 atendidas, com transferência total de R\$ 14,012 bilhões e benefício médio de R\$ 670,33; e 640 mil
382 famílias mantidas no Programa pela regra de proteção. Explicou sobre a estratégia de comunicação
383 utilizada e sobre o lançamento do aplicativo do Bolsa Família e demonstrou quadro com o número
384 de famílias atendidas por estado e por região pelo Bolsa Família em março/2023. Apresentou os
385 números atualizados do Cadastro Único e do PBF e afirmou que as condicionalidades do PBF
386 continuavam existindo para reforçar o acesso a direitos e para identificar vulnerabilidades, explicando
387 como ficaram as condicionalidades com o novo programa. Finalizando, demonstrou o processo de
388 regulamentação do PBF e salientou que a medida provisória traz a importância da rede de serviços
389 do SUAS no atendimento ou acompanhamento das famílias beneficiárias, principalmente aquelas em
390 situação de não cumprimento das condicionalidades, com vistas à superação gradativa de suas
391 vulnerabilidades, como sempre foi o PBF. Abrindo às manifestações, o Conselheiro Anderson Lopes
392 Miranda relatou que, no momento do cadastro da população em situação de rua, os cadastradores
393 estavam inserindo uma renda que causava a negativa do benefício e exigindo comprovante de
394 endereço. Solicitou que houvesse uma agenda das secretarias com os movimentos da população em
395 situação de rua para tratar algumas agendas e relatou alguns casos em que as famílias não fizeram
396 empréstimos que tiveram o seu benefício do PBF reduzido. A Conselheira Judite da Rocha questionou

397 como ficaria a situação das adolescentes grávidas que vivem com os seus companheiros e não
398 conseguem receber o benefício por estarem ainda no cadastro da sua família de origem e relatou que
399 as famílias atingidas por barragens, mineração e mudanças climáticas também estavam tendo
400 problemas com relação ao endereço. Solicitou esclarecimentos sobre a situação dos pescadores e
401 destacou a necessidade de realizar um debate e uma formação nos estados para maior esclarecimentos
402 aos usuários. O Conselheiro Ismael Ultino Tavalone, representante do Movimento Nacional
403 Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD, questionou se os beneficiários do BPC também
404 poderiam receber o benefício do Bolsa Família e o Conselheiro Rafael Machado da Silva,
405 representante do Movimento Nacional População de Rua, indagou o motivo dos bloqueios que
406 estavam sendo realizados, destacando que teve o seu benefício bloqueado devido ao recebimento de
407 passagens e diárias do CNAS. A Conselheira Bruna Cristina Neves Carnelossi, representante da
408 Associação Rede Brasileira da Renda Básica – RBRB, relatou sobre os impactos negativos das
409 condicionalidades na vida dos beneficiários do PBF, uma vez que havia uma situação de absoluta
410 injustiça nos CRAS com relação às famílias que mais precisam acessar o benefício. Destacou a
411 importância da medida provisória do Bolsa Família ser alterada nos sentido de reformular as
412 condicionalidades. Com a palavra, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves sugeriu que o movimento
413 da população em situação solicite audiência urgente com a Secretária Nacional Eliane Aquino
414 Custodio e Letícia Bartholo de Oliveira e Silva para tratar especificamente do tema. Discorreu que
415 poderiam tentar realizar uma discussão sobre a questão das adolescentes grávidas para construção de
416 orientação técnica ou de alteração para facilitar a inclusão dessa nova família. Explicou que o
417 cadastramento de várias famílias no mesmo endereço nunca foi impedimento para o recebimento de
418 benefício, visto que estavam verificando apenas as situações em que a mesma família foi dividida
419 para aumentar o recebimento de renda. Explanou que o Seguro Defeso possui uma regra que garante
420 o retorno ao benefício do pescador e compreendeu que seria necessária a construção de um processo
421 de sensibilização sobre o significado da transferência de renda. Esclareceu que o BPC era considerado
422 no cálculo da renda familiar, todavia, informou que havia uma emenda solicitando a retirada desse
423 benefício desse cálculo. Arrazoou que não teria uma resposta ao questionamento do Conselheiro
424 Rafael Machado da Silva e sugeriu que o CNAS elaborasse uma manifestação em relação a essa
425 situação. Comentou que os cortes realizados estavam relacionados ao não cumprimento dos prazos
426 para atualização cadastral referente a cadastros desatualizados, averiguação de renda e unipessoais.
427 Concordou que havia a necessidade de realizar correções na medida provisória e convidou a RBRB

428 para uma agenda para ouvir as suas contribuições para melhor o processo do PBF. Passando ao debate
429 sobre a população em situação de rua, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera registrou a presença
430 do Sr. Mário Goulart Maia, representante do Comitê Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de
431 Justiça; do Sr. José Vanilson Torres, representante do Conselho Nacional de Saúde; e do Sr. Darci da
432 Silva Costa, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. Também registrou
433 a presença da delegação de Santa Catarina representando a Federação de Consórcios, Associações e
434 Municípios de Santa Catarina. Com a palavra, o Sr. José Vanilson Torres iniciou a sua explanação
435 relatando sobre as violências sofridas pela população em situação de rua, destacando que o Brasil
436 registrou mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua em três anos, visto que São Paulo
437 lidera as notificações com 788 casos entre 2015 e 2017, segundo dados do Ministério da Saúde,
438 mulher negra de 15 a 24 anos era a principal vítima. Elencou os principais destaques de violência nos
439 estados de Alagoas, Paraíba e Amazonas e demonstrou uma análise das notificações no Brasil entre
440 2015 e 2017. Salientou que a invisibilidade da população de rua e de suas mortes por Covid-19 parece
441 ter sido uma escolha, visto que, durante toda a pandemia, não houve uma política pública de acolhida
442 da população de rua que garantisse boas condições de isolamento e proteção adequadas contra a
443 Covid-19, e isso, de alguma forma, refletiu-se nos dados. Informou sobre a retirada de bebês de
444 mulheres em situação de rua ou dependentes químicas por meio de decisões judiciais que apontavam
445 que essas mães não são capazes de criar os filhos. Por fim, realizou a leitura do poema “O Amor
446 Venceu o Ódio” de sua autoria. O Sr. Darci da Silva Costa salientou a situação complicada enfrentada
447 pela população em situação de rua diante do aumento das violências nos últimos anos e discorreu que
448 o modelo de acolhimento e de serviços existentes estava demasiadamente obsoleto, exemplificando.
449 Informou que o CNDH estava entrando com uma Arguição de Descumprimento de Preceito
450 Fundamental - ADPF no Supremo Tribunal Federal - STF por conta das inconstitucionalidades contra
451 a população em situação de rua e destacou a necessidade de uma política que realmente proteja a vida
452 do ser humano. De posse da palavra, o Sr. Mário Goulart Maia iniciou a sua explanação citando um
453 poema de Cecília Meireles. Compreendeu que havia um problema de saúde pública e não de
454 segurança pública e comentou sobre a defesa de uma nova concepção de Estado por Paulo Gueraldo,
455 em que haveria uma fiscalização rígida e eficiente do Estado nas atividades privadas. Afirmou que
456 seria necessário buscar soluções e propostas e, por fim, citou um poema de Mário Quintana. Abrindo
457 às manifestações, o Conselheiro Leandro de Oliveira Nardi, representante do Ministério do
458 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDAS, comentou sobre a falta

459 de dados referente à violência psicológica e relatou que todos os adolescentes internados por furto,
460 durante o período que trabalhou em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa, eram
461 pessoas em situação de rua, os quais preferiam ficar nessa unidade do que retornar à rua. O
462 Conselheiro Ismael Ultino Tavalone registrou que em Campo Grande/MS possui uma população em
463 situação formada por pessoas com deficiência e a Conselheira Solange Bueno ponderou que seria
464 necessário buscar o motivo dos inúmeros assassinatos da população em situação que estavam
465 acontecendo. O Conselheiro Anderson Lopes Miranda informou que foi estuprado aos 13 anos por
466 um policial militar em São Paulo e durante a sua manifestação foi executado o vídeo recebido da
467 prefeitura de São Paulo retirando barracas, roupas e documentos de grupo de população em situação
468 de rua em um viaduto. Solicitou que fosse realizada visita conjunta a Maceió/AL e São Paulo/SP
469 pelos conselhos presentes nesse momento para que fosse buscado um resultado conjunto. A
470 Presidente Margareth Alves Dallaruvera compreendeu que a realização de um grande evento com os
471 gestores colocais surtiria mais efeitos. O Conselheiro Rafael Machado da Silva solicitou que os(as)
472 conselheiros(as) presentes não sentissem pena e que fizessem a sua parte na resolução do problema e
473 sugeriu, como encaminhamento, que o CNAS recomendasse ao MDAS a realização do censo da
474 população em situação de rua. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria salientou
475 que a questão da população em situação de rua seria um problema de responsabilidade de Estado,
476 responsabilidade social e responsabilidade de políticas públicas e sugeriu que fosse realizada uma
477 ação convocando os demais conselhos para elaboração de ações integradas e que o encontro proposto
478 fosse realizado na Assembleia Legislativa dos estados. Externadas todas as opiniões e manifestações,
479 concedeu-se a palavra novamente aos convidados. O Sr. José Vanilson Torres ressaltou que a
480 responsabilidade do Estado era contínua e que era necessário pensar em um CapacitaSUAS específico
481 para usuários do SUAS. Concordou com a realização de evento e finalizou a sua explanação citando
482 outra poesia de sua autoria. O Sr. Darci da Silva Costa concordou com o encaminhamento sugerido
483 pela Presidente do CNAS e solicitou que fosse realizado convite ao CNDH, o Conselho Nacional de
484 Saúde, CNJ e o Conselho Antirracista. Retomando os informes dos conselheiros, a Conselheira
485 Norma Sueily de Souza Carvalho, representante do Lar Fabiano de Cristo, informou que o Movimento
486 Nacional de Entidades de Assistência Social – MNEAS realizou reuniões das coordenações e da
487 regional norte para revisão da sua Carta de Princípios, encontro com o Conselho de Boa Vista e
488 reunião da Comissão de Serviços no mês de abril. Registrou que, ainda no mês de abril, serão
489 realizadas reuniões da regional nordeste e da regional sul também para tratar da revisão da sua Carta

490 de Princípios. A Conselheira Solange Bueno notificou que o FNUSUAS encaminhou ao CNAS o
491 projeto para realização das suas formações no mês de outubro/2023 e da sua plenária e que participou
492 do encontro da FENAPESTALOZZI em que foi debatido sobre os direitos e sobre a participação nos
493 espaços de controle social dos usuários do SUAS. Acrescentou que o CEAS/SC realizou dois
494 seminários sobre o tema das conferências. O Conselheiro Anderson Lopes Miranda informou que o
495 governo do município de São Paulo criou uma política higienista sem consultar o conselho municipal
496 e estadual para levar a população em situação de rua a uma fazenda para trabalhar. Solicitou que o
497 CNAS elaborasse um manifesto indicando que não poderia ser imputada uma política pública sem
498 que houvesse consulta aos conselhos de assistência social. Informou que o Presidente Lula assinará,
499 em maio, a lei da aporofobia. O Conselheiro Guilherme Antônio Souza Ferreira, representante do
500 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDAS, informou
501 que a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência retornará em 2024 após sete anos
502 da última realização, a ser realizada em julho de 2024. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral
503 Godoi de Faria notificou que participou da atividade de reinstalação da Mesa Nacional de Negociação
504 Permanente do SUS no dia de ontem e a Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile
505 comunicou que o COEGEMAS/SP lançou uma cartilha destinada a gestores(as) municipais tratando
506 da prevenção e dos riscos sociais. A Conselheira Emilene Oliveira Araújo, representante da Sociedade
507 Bíblica do Brasil, salientou que no dia 8 de abril foi comemorado o Dia Nacional do Sistema Braille
508 e informou que será realizado o 1º Encontro de Empregabilidade e Geração de Renda para Pessoas
509 Cegas e com Baixa Visão, dos dias 10 a 12 de julho de 2023, no Centro Paraolímpico Brasileiro em
510 São Paulo. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera comunicou que participou da Reunião do
511 Grupo de Trabalho Governo-Universidade em Saúde Mental em Infância/Adolescência e
512 Vulnerabilidade Social, do Seminário da Psicologia e Controle Social no SUAS e de evento com
513 Autodefensores da FENAPESTALOZZI. **ENCERRAMENTO 13/04/2023:** Não havendo tempo
514 hábil para os demais itens de pauta do dia, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera agradeceu
515 presença de todos, encerrando o primeiro dia da 316ª Reunião Ordinária CNAS. **ABERTURA**
516 **14/04/2023:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera iniciou o segundo dia da 316ª Reunião
517 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos. Em seguida, solicitou à Secretária-Executiva
518 Substituta que realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, realizou-se
519 adequações na pauta para melhor aproveitamento. Em seguida, passou-se à leitura dos
520 encaminhamentos referentes ao debate sobre a população em situação de rua, sendo eles: 1) Realizar

521 uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Maceió e São Paulo. Convidar: CNS, CNDH,
522 CNJ, Igualdade Racial e SNAS/MDAS. Solicitar ao CNJ estender o convite à Defensoria Pública e
523 Ministério Público de Maceió e São Paulo; 2) Realizar visita técnica em Maceió e São Paulo um dia
524 antes da Audiência Pública. Os(as) conselheiros(as) dos respectivos conselhos irão realizar a visita.
525 Antes de seguir ao próximo item de pauta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera registrou o
526 nomes dos(as) conselheiros(as) representantes do governo que permaneceram na luta e na resistência
527 pela manutenção do CNAS, sendo eles: Vice-Presidente Solange Teixeira, Conselheiro Leandro,
528 Conselheiro Guilherme, a Conselheira Raquel e o Sr. Bechara Rodrigues Miranda. Feitos os
529 agradecimentos pelo reconhecimento, a Conselheira Fabiane Macedo Borges, representante do
530 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDAS,
531 homenageou os demais conselheiros(as) governamentais que não foram citados, afirmando que
532 também defenderam o SUAS. Dando sequência, passou-se ao relato da reunião da Presidência
533 Ampliada do CNAS, realizada no dia 12 de abril de 2023. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera
534 elencou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e relatou que foram
535 debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Rotina técnica e administrativa das Comissões do
536 CNAS. Encaminhamento da PA: Incluir o assunto na próxima pauta da Presidência Ampliada –
537 junho, após a nomeação dos novos conselheiros governamentais. Item 2. *E-mail* da Conselheira
538 Simone Gomes, recebido no dia 9 de março, onde solicita “o levantamento de todas as
539 representações/representantes/evento/locais oficiais do CNAS em eventos desde o início do mandato
540 em julho de 2022.”. Encaminhamento da PA: Solicitar à Conselheira uma justificativa do pedido para
541 melhor análise do pleito, lembrando que essas informações constam dos Informes da secretaria
542 executiva e presidência do CNAS. Item 3. *E-mail* do Sr. Luciano - Assistente Social de Martinópolis,
543 recebido no dia 13 de março, solicitando que o CNAS “proponha, mobilize ou faça algo para alterar
544 a lei federal para que os Assistentes Sociais tenham acesso à jornada de trabalho de 30 horas”.
545 Encaminhamento da PA: Responder que o CNAS é solidário ao pleito, porém foge da competência
546 desse Conselho Nacional. Item 4. A Servidora Maria Cristina, da SE/CNAS, solicita acesso aos
547 documentos e sistemas do CNAS para realização de pesquisa acadêmica com o título provisório de
548 “Direitos humanos e democracia participativa: um estudo no CNAS e nas conferências nacionais da
549 assistência social entre 2016 e 2022. “(Resolução CNAS nº 81, de 11 de maio de 2005 que dispõe
550 sobre procedimento referentes a autorização de pesquisas e consultas no âmbito do Conselho
551 Nacional de Assistência Social – CNAS). Encaminhamento da PA: Aprovado. Item 5. Portaria GM-

552 MD nº 1.283, de 28 de fevereiro de 2023, que aprova as diretrizes para o emprego e a atuação dos
553 profissionais de assistência social das Forças Armadas em situação de emergência, estado de
554 calamidade pública, desastre e ação humanitária, no âmbito do Ministério da Defesa.
555 Encaminhamento da PA: A Vice-presidente Solange Teixeira e Conselheira Edna Alegro
556 apresentarão para a Presidência Ampliada, na reunião do mês de maio, análise da citada Portaria. A
557 pauta de maio da PA será para discutir a pauta da 318ª Reunião Ordinária do CNAS (junho) e a
558 Portaria GM-MD nº 1.283/2023. Item 6. *E-mail* do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento - Pedagogo
559 e responsável pela página no Instagram @pedagogianosuas, recebido no dia 6 de abril, onde solicita
560 uma reunião com o CNAS para dialogar sobre a atuação do Pedagogo(a) no SUAS. Encaminhamento
561 da PA: Propor ao Sr. Ricardo que a reunião seja realizada na sexta, dia 14, após a plenária, de modo
562 virtual (das 18h às 19h). Item 7. Carta nº 11/2023 do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS,
563 recebido no dia 10 de abril, onde apresenta o projeto do Encontro Nacional do FNUSUAS a ser
564 realizado em outubro de 2023, contando com o apoio do CNAS. Encaminhamentos da PA: 1) A
565 Secretaria Executiva irá verificar a possibilidade financeira para viabilizar a participação de 1 (um)
566 conselheiro de cada segmento da Sociedade Civil no evento. Priorizar os conselheiros que não estarão
567 participando das Conferências de Assistência Social; 2) De acordo, com a disponibilização dos
568 conselheiros governamentais; 3) Informar ao FNUSUAS que naquela data não é possível
569 disponibilizar equipe técnica do CNAS, devido ao processo conferencial. A data do encontro coincide
570 com o período de recebimento dos relatórios das Conferências estaduais e a inscrição das delegações.
571 A vice-presidente irá verificar junto ao MDAS, apoio técnico do próprio ministério; 4) A Secretaria
572 Executiva irá verificar junto à Conselheira Emilene Araújo a possibilidade da impressão dos
573 documentos solicitados e os trâmites necessários, material em braile também; 5) A Secretaria
574 Executiva irá verificar a possibilidade de uso dos serviços contratados pelo CNAS para a gravação
575 do evento e transmissão via *Youtube*; 6) A Secretaria Executiva divulgará, através de mala direta as
576 informações sobre o evento. Item 8. Nota de Solidariedade e de Repúdio, recebido no dia 11 de abril,
577 assinada por diversas organizações que integram a Frente Feminista de Curitiba, Região
578 Metropolitana e Litoral e aguarda pronunciamento do CNAS. Encaminhamento da PA: Informar que
579 somos solidários ao teor da Nota e que vamos encaminhar a demanda ao CEAS Paraná e ao CFESS
580 solicitando manifestação. Item 9. Convites: 9.1 Convites para as Conferências de Assistência Social.
581 Encaminhamentos da PA: 1) A Secretaria Executiva irá preparar as apresentações (slides) de cada
582 eixo para disponibilizar aos conselheiros que irão participar das Conferências. Encaminhar também

583 os vídeos produzidos; 2) As indicações para as Conferências Estaduais serão decididas na reunião da
584 PA de junho. Item 10. Informes: 10.1 Ofício Circular nº 34/2023/GM/MAS, recebido no dia 5 de
585 abril onde encaminha para conhecimento o “Ofício Circular nº 00001/2023/CGA/SCGP/CGU/AGU
586 de 24 de fevereiro de 2023 (13621181), pelo qual a Consultoria Jurídica desta Pasta dá ciência e
587 orienta as Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a respeito da aplicabilidade da Portaria
588 Normativa AGU nº 83, de 27 de janeiro de 2023, a qual estabelece procedimentos administrativos
589 para a atuação da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública na consultoria e no
590 assessoramento jurídicos das matérias não relacionadas às atividades finalísticas dos órgãos que
591 enumera, conforme especifica.”. Encaminhamento da PA: Encaminhar para todos os conselheiros,
592 para conhecimento. Responder ao Gabinete do Ministro/MDAS que tomamos conhecimento da
593 portaria; 10.2 *E-mail*, recebido no dia 11 de abril com convite para o Encontro Nacional “Primeira
594 Infância Primeiro: Políticas Integradas” realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o
595 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que será realizado no dia 20 de junho de 2023,
596 das 8h30 às 18h30 em Brasília/DF. Encaminhamento da PA: Indicar a Vice-presidente Solange
597 Teixeira para participar do evento. Item 11. Solicitação da Diretora do Departamento de Proteção
598 Social Básica – DPSB/SNAS/MDAS, Simone Albuquerque, de inclusão de item na programação da
599 Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – RDA, para realizar a apresentação sobre o Programa
600 de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência
601 Social (PROCAD – SUAS). Encaminhamento da PA: A Secretaria Executiva irá consultar o anfitrião
602 da RDA (CEAS Bahia) se há um espaço para realizar a apresentação do PROCAD – SUAS, no dia
603 11/5. Segundo a vice-presidente a SNAS fará a mobilização para o evento. Verificar com a Diretora
604 Simone qual a duração da apresentação. Item 12. A Secretária Laís Wendel Abramo solicitou horário
605 na reunião da Plenária de Abril para apresentar a Secretaria Nacional de Cuidados e Família.
606 Encaminhamento da PA: A apresentação será durante os informes do MDAS, no dia 13. Item 13.
607 Informes e encaminhamentos das reuniões das Comissões para deliberação da Presidência Ampliada:
608 13.1 Comissão de Normas da Assistência Social: 13.1.1 Solicita reunião conjunta com a Comissão
609 de Financiamento para o mês de julho no período da tarde: Estudar a PEC 383/2017 que destina
610 percentual específico para a assistência social de 1% (um por cento). Convidados: Fundo Nacional
611 de Assistência Social, Secretaria Nacional de Assistência Social e Frente
612 Parlamentar. Encaminhamento da PA: Será apreciado na plenária, uma vez que a reunião da PA foi
613 interrompida para participação dos conselheiros na instalação da Frente Parlamentar em Defesa do

614 SUAS. 13.2. Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
615 Renda: 13.2.1. Apresentação de dados das famílias unipessoais registradas no CadÚnico. A partir da
616 pactuação na CIT e aprovação no CNAS do PROCAD-SUAS 2023, 25 municípios ainda não
617 receberam os recursos, uma vez que não atenderam às condições de repasse de recursos na
618 modalidade fundo a fundo, conforme previsto o Art. 30-C da LOAS e a Portaria nº 109, de 22 de
619 janeiro de 2020. Art. 30-C da LOAS: “A utilização dos recursos federais descentralizados para os
620 fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos
621 entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à
622 apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na
623 forma de regulamento.”. Levar à consideração da Presidência Ampliada a necessidade de o CNAS,
624 por meio da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão específica para tratar sobre o
625 tema apresentado na Comissão de Benefícios, de: a) Orientar os 25 Conselhos Municipais de
626 Assistência Social dos referidos municípios que não receberam os recursos do PROCAD por não
627 atenderem ao Art. 30-C da LOAS, para que os mesmos possam articular junto ao Executivo local, de
628 forma que a situação seja regularizada e o recurso acessado. Encaminhamentos da PA: 1) Aprovado;
629 2) A PA sugere reunião conjunta das Comissões de Política e Financiamento para tratar também sobre
630 o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da
631 Assistência Social - PROCAD – SUAS; b) Construir Orientação aos Conselhos de Assistência Social
632 sobre a necessidade do Controle Social acompanhar, monitorar e fiscalizar o Projeto Executivo de
633 utilização dos recursos do PROCAD, que está sob a responsabilidade do órgão gestor (podendo a
634 CAC solicitar apoio técnico à SAGICAD para o detalhamento dessa orientação). A Secretaria
635 Executiva encaminhará à Comissão de Acompanhamento aos Conselhos – CAC a apresentação
636 realizada pela SAGICAD na CABSTR sobre a referida temática. Encaminhamento da PA: Aprovado.

637 13.3 Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos da Assistência Social: 13.3.1. Solicitação da
638 SNAS referente apoio técnico na reunião regional a ser realizada de forma *online* e alteração da
639 programação da regional sul ou centro oeste. Encaminhamento: Não será necessário alterar a
640 programação da regional sul, a CAC sugere os seguinte formatos do apoio técnico nas reuniões
641 regionais, após justificativa da SNAS de dificuldade em enviar técnico de forma presencial a todas
642 as reuniões: Regional Centro Oeste: apoio técnico presencial; Regional Sul: Apoio Técnico *online*;
643 Regional Norte: Apoio Técnico Presencial; e Regional Nordeste: Apoio Técnico Presencial.

644 Encaminhamento da PA: Será apreciado na plenária; 13.3.2. Definição da Programação da Reunião

645 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF, a ser realizada no dia 12 de junho/2023. Data: 12 de
646 junho de 2023 (presencial). Horário: 09h às 17h. Local: Esplanada dos Ministérios Bloco F,
647 Ministério do Trabalho, Anexo Ala “A” 1ª andar sala 108: 9h às 10h – Abertura (Presidente ou Vice-
648 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; Coordenadores das Comissões do
649 CNAS; Secretário Nacional de Assistência Social – SNAS/MDAS; e CEAS e CAS/DF (apresentação
650 de dois minutos)); 10h às 11h - Tema: Apresentação do relatório das reuniões regionais frente ao
651 Processo conferencial (Os conselheiros que participaram das reuniões regionais farão a apresentação);
652 11h às 12h – Debate; 12h às 14h – Almoço; 14h às 16h - Tema: Os desafios da realização das
653 Conferências Municipais (Proposta de Trabalho: Divisão em grupos por regiões para discussão do
654 tema); 16h às 17h - Relato dos grupos; 17h – Encerramento. Encaminhamento da PA: Será apreciado
655 na plenária. 13.3.3. Demandas recebidas na CAC: a) Denúncia recebida por *e-mail* no dia 16 de
656 março da Conselheira Municipal de Assistência Social – CMAS de Manaus, Sra. Ernestina Barrozo
657 do Nascimento, contra o Presidente do CMAS de Manaus Sr. Paulo Lamego Presidente do CMAS –
658 Manaus, de acordo com a carta o presidente tem “atos arbitrários” a demandante relata todo ocorrido
659 no requerimento em anexo e solicita providências do Conselho o mais rápido possível.
660 Encaminhamento: Enviar ofício ao CEAS/AM dando conhecimento sobre a demanda e verificar quais
661 os procedimentos estão sendo tomados. Encaminhamento da PA: Será apreciado na plenária. 13.4
662 Coordenação de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: 13.4.1. Encaminhamentos a
663 serem levados à presidência ampliada da Comissão de Financiamento e Orçamento: a) Solicitar
664 reunião com o Ministro/MDAS e Secretário Nacional com a proposta de recomposição do IGD-SUAS
665 para o ano de 2023, considerando a importância desse recurso para realização do processo
666 conferencial no âmbito dos municípios e estados. Encaminhamento da PA: Aprovado; b) Oficializar
667 para a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, a necessidade de articulação com a comissão de
668 orçamento, pela aprovação dos créditos solicitados pelo MDAS para os programas 5031 (SUAS) e
669 5024 (Criança Feliz), no dia de hoje 12 de abril, para entrega do ofício durante a instalação da Frente
670 Parlamentar em Defesa do SUAS. Encaminhamento da PA: Aprovado. O ofício foi entregue em
671 mãos; c) Levar para Presidência Ampliada a realização do curso de qualificação em gestão
672 orçamentária e financeira para os conselheiros nacionais nos dias 2 e 3 de agosto/2023 de forma
673 presencial. Encaminhamento da PA: Aprovado; d) Realizar reunião do CNAS com as Comissões de
674 Assuntos Sociais (Senado e Câmara) para articulação com os parlamentares do orçamento visando
675 apoio aos créditos solicitados pelo MDAS, antes das referidas Comissões de Assuntos Sociais.

676 Encaminhamento da PA: Aprovado. Item 14. Pauta da 317ª Reunião do CNAS – Maio/2023: Dia
677 08/05/2023 – Reunião de Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão Organizadora da 13ª
678 Conferência Nacional de Assistência Social; 16h às 17h - Reunião Extraordinária da Comissão de
679 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Dia 09/05/2023 – Reunião Descentralizada e
680 Ampliada do CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 9h30 - Solenidade de abertura; 9h30 às 11h -
681 Paineis: Reconstruir o SUAS: o SUAS que temos o SUAS que queremos; 11h às 12h – Debate; 12h
682 às 13h30 - Intervalo para almoço; 13h30 às 14h30 – Painel Eixo 1 – Financiamento: Financiamento
683 e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e
684 responsabilidade dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as
685 especificidades regionais do país; 14h30 às 15h30 – Debate; 15h30 às 16h30 – Painel Eixo 2 –
686 Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes
687 democráticas e participativas; 16h30 às 17h30 – Debate. Dia 10/05/2023 – Reunião Descentralizada
688 e Ampliada do CNAS: 9h às 10h – Painel Eixo 3 – Articulação entre os segmentos: Como
689 potencializar a Participação Social no SUAS?; 10h às 11h – Debate; 11h às 12h - Painel-Eixo 4 –
690 Serviços Programas e Projetos: Universalização do acesso e a interação da oferta dos serviços e
691 direitos no SUAS; 12h às 13h – Debate; 13h às 14h30 - Intervalo para almoço; 14h30 às 15h30 -
692 Painel-Eixo 5 – Benefícios e Transferência de Renda: A importância dos benefícios socioassistenciais
693 e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS; 15h30 às 16h30 –
694 Debate; 16h30 às 17h - Mesa de Encerramento. Dia 11/05/2023 – 317ª Reunião Ordinária do CNAS:
695 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS;
696 10h às 10h30 - Aprovação da ata da 316ª Reunião Ordinária e da pauta da 317ª Reunião Ordinária do
697 CNAS; 10h30 às 11h30 - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, SNAS-MC, FONSEAS,
698 CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 11h30 às 12h30 - Avaliação da Reunião Descentralizada e
699 Ampliada do CNAS. Convidados: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da
700 Bahia; Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia; e Conselho Municipal de Assistência Social
701 de Salvador/BA; 14h às 15h - Relato da reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e
702 Orçamento da Assistência Social; 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão Organizadora da 13ª
703 Conferência Nacional de Assistência Social; 17 às 18h - Apresentação da Ouvidoria-Geral do MDAS
704 - Ouvidoria: desafio da gestão pública brasileira. Convidada: Eliana Pinto, Ouvidora-Geral do
705 MDAS. Encaminhamentos da PA: 1) Convidar o Ministro do MDAS para a solenidade de abertura
706 da RDA em Salvador/BA; 2) A reunião da PA ficará para o dia 10 de maio, das 17h às 18h. Abrindo

707 às manifestações, foram definidos os seguintes encaminhamentos da plenária: (i) Item 11 -
708 Encaminhamento: 1) O número de inscritos para a RDA será de 250 pessoas; 2) A apresentação do
709 PROCAD terá duração de uma hora; 3) Incluir a apresentação na pauta da Reunião Ordinária – maio;
710 (ii) Item 13: a) subitem 13.3.1 - Encaminhamento: Consultar à SNAS para avaliar a possibilidade de
711 apoio técnico presencial na Região Sul; b) subitem 13.3.2 – Encaminhamento: Aguardar o relato da
712 CAC para aprovação em relação à demanda de participação das Secretárias-Executivas e de a reunião
713 fosse estendida para um dia e meio; c) 13.3.3 – Encaminhamento: Que o CNAS enviará ofício ao
714 CEAS-AM com pedido para manifestar sobre o recebimento do referido documento, consultando se
715 o CEAS já teve conhecimento e quais providências já foram tomadas; d) 13.4.1 – Levar para
716 Presidência Ampliada a realização do curso de qualificação em gestão orçamentária e financeira para
717 os conselheiros nacionais nos dias 2 e 3 de agosto/2023 de forma presencial. Encaminhamento:
718 Encaminhar o pleito para a SNAS para providenciar o curso. A data ainda será definida. O curso será
719 de forma presencial. Realizar reunião do CNAS com as Comissões de Assuntos Sociais (Senado e
720 Câmara) para articulação com os parlamentares do orçamento visando apoio aos créditos solicitados
721 pelo MDAS, antes das referidas Comissões de Assuntos Sociais. Encaminhamento plenária: Que a
722 SE faça levantamento das datas que as Comissões irão se reunir; e) Item 14 – Inclusão da apresentação
723 do PROCAD-SUAS, das 16h30 às 17h30, do dia 10/05/2023 - Encaminhamento: Convidar para a
724 abertura da RDA a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. Não havendo mais observações, o relato
725 da reunião da Presidência Ampliada do CNAS foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as)
726 conselheiros(as) presentes. Em seguida, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Normas da
727 Assistência Social, realizada no dia 11 de abril de 2023. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
728 elencou os(as) conselheiros(as), convidados(as), ouvinte e membros da Secretaria Executiva do
729 CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Dar
730 continuidade do planejamento das estratégias para os debates das normativas a respeito das ofertas
731 socioassistenciais incluindo levantamento de números de entidades e ofertas no Brasil a partir de
732 dados coletados nos CMAS, iniciando a discussão sobre ofertas socioassistenciais exclusivamente
733 com voluntários. Não houve tempo hábil para discussão deste item. Encaminhamento: Pautar em
734 junho. Item 2. Resolução que altera a Resolução CNAS nº 237/2006. Encaminhamento: Apresentar
735 ao pleno a inclusão do § 5º no artigo 18. Item 3. Manifestações recebidas referente a revisão da
736 Resolução CNAS nº 06/2015, que regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema
737 Único de Assistência Social – SUAS: 3.1. Carta Aberta de Belém do Fórum Nacional de Conselhos

738 Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – FONACEAS,
739 recebida no dia 02 de março “*para que seja compartilhada com as demais conselheiras/os estaduais*
740 *e remetida aos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS dos Estados.*”. Encaminhamento:
741 Submeter nota de esclarecimento para aprovação no pleno. Item 4. Garantia de cofinanciamento para
742 aquisição de imóveis próprios para os equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social -
743 SEMAS com possibilidades de reformas, caso necessário. Encaminhamentos: 1) Estudar a
744 PEC 383/2017 que destina percentual específico para a assistência social de 1% (um por cento),
745 conjuntamente com a Comissão de Financiamento (julho). Convidados: Fundo Nacional de
746 Assistência Social, Secretaria Nacional de Assistência Social e Frente Parlamentar; 2) Disponibilizar
747 o manual de emendas parlamentares do Ministério aos conselheiros do CNAS; 3) Ampliar, no
748 Conselho Nacional, o debate e a incidência política sobre a necessidade de orçamento obrigatório e
749 fonte de financiamento para a assistência social junto aos deputados e no conjunto da sociedade
750 brasileira, por meio de articulação junto aos parlamentares; 4) Responder a comissão de
751 acompanhamento das deliberações que o assunto foi pautado e discutido, informar que há previsão
752 legal para a construção e reforma de unidades públicas, o que não há é orçamento próprio neste
753 momento, havendo a possibilidade dos interessados buscarem recursos através de emendas
754 parlamentares. Não pode ser utilizado para obras, os recursos de cofinanciamentos dos serviços. Item
755 5. Resultados da Pesquisa do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC:
756 5.1. Apreciação do Ofício 352/2022 - Federação Estadual das APAES do Estado de São Paulo –
757 FEAPAES - SP. Encaminhamentos: 1) Aprofundar a discussão na comissão de normas (junho).
758 Convidado: O representante do MDAS no GT sobre o MROSC; 2) Encaminhar ao representante o
759 resultado da pesquisa; 3) Responder o Ofício 352/2022 informando que o assunto está sendo discutido
760 na comissão. Item 6. Resolução do Mérito CNAS. Encaminhamento: Submeter resolução do Prêmio
761 CNAS para aprovação no pleno. Item 7. Regimento Interno do CNAS. Encaminhamento: Submeter
762 resolução do Regimento Interno para aprovação no pleno. Item 8. Encontrar solução para os
763 conselheiros que estão no desempenho de suas atividades junto ao Conselho e não tem liberação de
764 ponto. Não houve tempo hábil para discussão deste item. Encaminhamento: Pautar em junho. Item 9.
765 Definição da Pauta do mês de junho de 2023, do assunto principal e dos convidados, se houver: 9.1
766 Regimento Interno do CNAS; 9.2 Apresentação do 1º e 2º Relatório Trimestral de 2023, com as
767 informações sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social.
768 Convidado: Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS/SNAS; 9.3 Estudo e

769 discussão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (ponto principal).
770 Convidados: Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Secretaria Geral da
771 Presidência (Igor) e representante da Frente Parlamentar; 9.4 Dar continuidade do planejamento das
772 estratégias para os debates das normativas a respeito das ofertas socioassistenciais incluindo
773 levantamento de números de entidades e ofertas no Brasil a partir de dados coletados nos CMAS,
774 iniciando a discussão sobre ofertas socioassistenciais exclusivamente com voluntários; 9.5 Encontrar
775 solução para os conselheiros que estão no desempenho de suas atividades junto ao Conselho e não
776 tem liberação de ponto; 9.6 Reunião Conjunta CP e CN para planejamento e discussão da tipificação.
777 Abrindo às manifestações, a Conselheira Ana Lúcia Soares entendeu que seria importante incluir o
778 dado referente à manifestação dos CEAS em relação à proposta de Resolução CNAS nº 06, de 21 de
779 maio de 2015 no relatório. A Conselheira Edna Aparecida Alegro lembrou que esse assunto seria
780 tratado em março de 2024 de acordo com a aprovação do pleno do mês de abril, uma vez que estavam
781 em processo conferencial. Em seguida, foi realizada a leitura da nota de esclarecimento do CNAS em
782 relação à proposta de alteração da Resolução CNAS nº 06/2015. Feitas as alterações e contribuições
783 necessárias, a nota foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Retomando ao
784 Item 2. Resolução que altera a Resolução CNAS nº 237/2006, na qual foi proposta a inclusão do “§
785 5º Os conselho de assistência social definirão o perfil do secretário(a) executivo(a) e sua nomeação
786 ou exoneração deverá estar em comum acordo com o conselho.”, a qual foi colocada em regime de
787 votação, sendo aprovada com quórum qualificado, com 15 votos favoráveis e duas abstenções
788 (Raquel de Fátima Antunes Martins e Leandro de Oliveira Nardi). Na sequência, foi realizada a leitura
789 da minuta de resolução que institui o “Prêmio CNAS” no âmbito das Conferências Nacionais de
790 Assistência Social, a qual foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato
791 contínuo, foi realizada a leitura da minuta de resolução que altera o Regimento Interno do CNAS,
792 aprovado pela Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011. Com a palavra, a Presidente
793 Margareth Alves Dallaruvera defendeu que fosse elaborado um novo regimento interno com um texto
794 completo para melhor compreensão. O Conselheiro Ismael Ultino Tavalone registrou que não pôde
795 participar da reunião do SUAS que aconteceu em seu município para a qual foi convocado. A
796 Presidente Margareth Alves Dallaruvera discorreu que conversaria com o conselheiro para mais
797 informações para posteriormente propor a elaboração de nota de repúdio no pleno de maio. A Vice-
798 Presidente Solange Teixeira ponderou que gostaria de comparar as alterações realizadas com a versão
799 anterior. Diante das manifestações, definiu-se o seguinte encaminhamento da Plenária: Votação

800 suspensão, encaminhar para todos os conselheiros do CNAS um quadro comparativo do RI, a nova
801 versão do Regimento Interno e a Resolução nº 06/2011, assunto para reunião de junho. Os
802 coordenadores das comissões devem se atentar para as competências de cada comissão. Os
803 conselheiros devem enviar as contribuições até 20 de maio. Não havendo mais destaques, o relato da
804 reunião da Comissão de Normas da Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade
805 dos(as) conselheiros(as) presentes. Em seguida, passou-se ao relato da reunião da Comissão de
806 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada no dia 12 de abril de 2023. A
807 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os conselheiros, convidados, ouvintes e
808 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes
809 itens de pauta: Item 1. Apresentação do *status* das propostas da comissão deliberadas pelo plenário.
810 Encaminhamentos: 1) Solicitar reunião com o Ministro/MDAS e Secretário Nacional com a proposta
811 de recomposição do IGD-SUAS para o ano de 2023, considerando a importância desse recurso para
812 realização do processo conferencial no âmbito dos municípios e estados; 2) Reiterar à SNAS, a
813 importância do envio dos Diagnósticos ao CNAS (Diagnóstico do impacto da redução orçamentária
814 - LOA 2022 (com base na capacidade instalada); diagnóstico da ampliação orçamentária 2023 e;
815 diagnóstico da Vigilância Socioassistencial com projeção da possibilidade de expansão para 2024));
816 de forma a subsidiar a análise dos Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2024 e Plano Plurianual
817 - PPA (2024 – 2027). Item 2. Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2023. Realizada a explicação
818 do quadro da Execução do Orçamento 2023 (Programas 5031 – SUAS e 5024 – PCF) pelo Sr.
819 Adailton Amaral B. Leite – Assessor – SNAS/MDAS. Encaminhamentos: 1) Realizar reunião do
820 CNAS (Presidente e Vice) com as Comissões de Assuntos Sociais (Senado e Câmara) para articulação
821 com os parlamentares do orçamento visando apoio aos créditos solicitados pelo MDAS, antes das
822 referidas Comissões de Assuntos Sociais; 2) Oficializar para a Frente Parlamentar em Defesa do
823 SUAS, a necessidade de articulação com a Comissão de Orçamento, pela aprovação dos créditos
824 solicitados pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome -
825 MDAS para os programas 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social
826 (SUAS) e 5024 - Atenção integral à Primeira Infância (Criança Feliz), no dia de hoje 12 de abril, para
827 entrega do ofício durante a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. Item 3. Apreciação
828 do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social –
829 DEFNAS, 1º trimestre – exercício 2023. Com a palavra, a Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro,
830 Coordenadora da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – Diretoria

831 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS/SNAS/MDAS, apresentou a
832 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS, referido
833 ao período de janeiro a março de 2023. Encaminhamentos: 1) Aprovar o Relatório de Execução
834 Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS, 1º trimestre –
835 exercício 2023; 2) Inserir no curso de qualificação para os conselheiros nacionais o tema “modelo de
836 relatório elaborado pelo órgão gestor sobre prestação de contas para os Conselhos de Assistência
837 Social e estratégias de avaliação pelos Conselhos de Assistência Social - CAS”; 3) Levar para
838 Presidência Ampliada a realização do curso de qualificação em gestão orçamentária e financeira para
839 os conselheiros nacionais nos dias 2 e 3 de agosto/2023 de forma presencial. Item 4. Revisão do mapa
840 de monitoramento das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Por ocasião
841 de não haver tempo hábil para apreciação do assunto, o ponto de pauta foi transferido para reunião
842 do mês de junho/2023. Item 5. Definição da pauta de junho/2023, do assunto principal e dos
843 convidados, se houver: 5.1 Apresentação do status das propostas da comissão deliberadas pelo
844 plenário; 5.2 Discutir e propor a Classificação Orçamentária da Assistência Social – Função 08.
845 Convidados: SNAS, DEFNAS e IPEA; 5.3 Status da LOA 2023. Convidado: SNAS (assunto
846 principal); 5.4. Discutir sobre a Portaria nº 854, de 30 de dezembro de 2022, que altera a Portaria nº
847 754, de 31 de março de 2022, e dá outras providências, “para verificação dos impactos em relação a
848 pactuação dos critérios de repasse dos recursos dos serviços previstos, com destaque no art. 7º, §2º
849 da Portaria nº 460, de 18 de dezembro de 2007, restabelecida”; 5.5 Revisão do mapa de
850 monitoramento das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social; 5.6 Discutir
851 sobre a Portaria de reprogramação dos recursos extraordinários da Covid-19 autorizados pela Emenda
852 Constitucional 126, de 21 de dezembro de 2022, que “Altera a Constituição Federal, para dispor sobre
853 as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais
854 Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da
855 Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências”.
856 Convidado: SNAS. Item 6. Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da
857 Assistência Social e Comissão de Políticas Articuladas do SUAS para o monitoramento da execução
858 das metas do Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS
859 Trabalho. Relato da reunião conjunta será realizado juntamente com a Comissão de Política. Na
860 sequência, foi realizada a leitura da minuta de resolução que dispõe sobre aprovação do Relatório da
861 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, exercício

862 2023 – 1º trimestre, a qual foi aprovada à unanimidade, por quórum qualificado, com 15 votos
863 favoráveis. A Conselheira Solange Bueno reiterou a sua solicitação de que a planilha com os valores
864 lhe fosse encaminhada com antecedência para acompanhamento dos valores, o que foi acatado.
865 Encaminhamento da plenária: 1) Que seja enviado a conselheira Solange Bueno todo relato da
866 comissão; 2) Encaminhar a nota explicativa da execução orçamentária e financeira do DEFNAS e
867 quadro de execução, com antecedência aos conselheiros após a reunião da comissão. Não havendo
868 mais destaques, o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social
869 foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, a
870 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima realizou a leitura do relato da reunião conjunta das
871 Comissões de Política Articuladas ao SUAS e de Financiamento e Orçamento da Assistência Social,
872 realizada no dia 12 de abril de 2014. Elencou os conselheiros, convidados, participantes e membros
873 da Secretaria Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos o seguinte item de pauta:
874 Item 1. Monitoramento da execução das metas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao
875 Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho. Encaminhamentos: 1) Propor que o CNAS inclua como
876 pauta nas reuniões trimestrais e regionais do CNAS com os CEAS e CAS/DF o debate sobre “O papel
877 dos conselhos de assistência social no apoio e acompanhamento da execução do Programa Acessuas
878 Trabalho em âmbito local”; 2) Que a apresentação da SNAS sobre o Acessuas Trabalho seja
879 socializada para conhecimento de todos os conselheiros do CNAS na pasta da reunião conjunta CFO
880 e CP no *link* do *google drive* da 316ª Reunião Ordinária. Abrindo às manifestações, a Conselheira
881 Judite da Rocha sugeriu que fosse encaminhada à SNAS solicitação de inclusão dos povos atingidos
882 por mudanças climáticas (enchentes) e pelos grandes empreendimentos no público prioritário do
883 Programa Acessuas Trabalho, o que foi acatado. Não havendo mais manifestações, o relato da reunião
884 conjunta das Comissões de Política Articuladas ao SUAS e de Financiamento e Orçamento da
885 Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes.
886 Em seguida, passou-se ao relato da reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional
887 de Assistência Social, realizada no dia 11 de abril de 2023. O Conselheiro Carlos Nambu elencou os
888 conselheiros, demais conselheiros, colaboradoras, convidados(as) e membros da Secretaria Executiva
889 presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Desdobramentos dos
890 encaminhamentos da reunião de março: 1.1. Diálogo com o CAS/DF sobre a quantidade de vagas dos
891 seus delegados na Conferência. Encaminhamento: 1) Proposta do CAS/DF – O CAS/DF solicita 18
892 vagas para delegados na Conferência Nacional de Assistência Social; 2) Propostas da COC: Que

893 aumente para 12 delegados. O assunto será tratado pela COC para apreciação da plenária e envio de
894 resposta ao CAS/DF; 3) A Comissão Organizadora sugere que na próxima Conferência Nacional, ao
895 solicitar o quadro de tabela de distribuição dos delegados à Secretaria Nacional de Assistência Social
896 -SNAS, seja levada em consideração as particularidades do Distrito Federal uma vez que mesmo não
897 tendo municípios, atende uma grande população. A proposta é que seja aumentado o número de
898 delegados do CAS/DF, devido ao seu formato híbrido e suas especificidades; 1.2. Definição de
899 critérios para homenagear pessoas que se destacaram na implementação e defesa do SUAS: 1.2.1
900 Sugestão oriunda do grupo Prêmio Mérito CNAS homenagear pessoas que reconhecidamente se
901 destacaram, ficando definido os conselheiros que terão a tarefa de fazer o levantamento sobre as
902 relevantes contribuições de cada uma delas: ex-Ministros(as) – (responsável - Conselheira
903 Margareth); personalidade que contribuiu para aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços
904 Socioassistenciais (responsável – Conselheira Raquel); figura importante na resistência do SUAS –
905 (Conselheira Célia); personalidade que se destacou na construção da LOAS – (responsável -
906 Conselheira Margareth e Conselheiro Agostinho); e ex-presidentes do CNAS – (responsável -
907 Conselheira Norma). Encaminhamentos: 1) Dentro dos critérios de homenagem, que sejam atores
908 que colaboraram para a consolidação e a resistência do SUAS; 2) Observar o limite financeiro para
909 definir o número de homenageados; 3) Colocar como ponto de pauta da COC em data a ser definida:
910 definir a indicação dos(as) homenageados(as) e o momento adequado na programação; 1.3 Equipe de
911 mobilização. Encaminhamento: Convidar a professora Kenia Augusta para participar da reunião da
912 Comissão Organizadora em junho com vistas a apresentar proposta de mobilização na 13ª
913 Conferência Nacional; 1.4. Definição de critérios para transmissão simultânea da 13ª Conferência
914 Nacional. Encaminhamento: 1) A Comissão Organizadora tem as seguintes sugestões: a) Que seja
915 previsto no Regimento Interno da Conferência a categoria “ouvinte *online*”, com o detalhamento de
916 como será a interação desses participantes no *chat* do *Youtube* no canal do CNAS; b) A inclusão dessa
917 categoria demandará equipe especializada, precisando para tanto aguardar os contratos de
918 recomposição de pessoal da Secretaria Executiva, bem como contar com a participação dos servidores
919 do MDAS para integrar a equipe que ficará responsável em responder os ouvintes *online*; c) convidar
920 a ASCOM em junho para participar da reunião da COC, para apresentar o Plano de Comunicação da
921 13ª Conferência Nacional. Verificar também sobre a possibilidade de criar uma categoria de
922 convidados - veículos de comunicação, para que esses façam a cobertura na Conferência. Item 2.
923 Avaliação de viabilidade da realização de Consulta aos Delegados Eleitos e inscritos para a 13ª

924 Conferência Nacional de Assistência Social para contribuição prévia à proposta de Regimento
925 Interno, a ser apresentada pelos colaboradores. Encaminhamentos: 1) Encaminhar a minuta de
926 regimento interno para consulta aos delegados eleitos e inscritos na conferência nacional na primeira
927 semana de novembro; 2) As regras devem constar na minuta de regulamento da conferência nacional
928 e devem ser entregues à Comissão Organizadora pelos colaboradores até o mês de agosto. Item 3.
929 Definição de critérios para produção dos vídeos temáticos de cada um dos cinco eixos, de forma a
930 divulgar o processo conferencial e orientar os municípios, estados e DF na realização das
931 conferências. Encaminhamento: Definir durante a reunião da Comissão Organizadora na Reunião
932 Descentralizada e Ampliada do CNAS – RDA, com a escola de Talentos, sobre a edição dos vídeos
933 para o processo conferencial. Item 4. Apreciação de possíveis propostas de formatos/programação
934 da 13ª Conferência Nacional (programação com painéis, grupos, oficinas, plenária final etc.).
935 Encaminhamento: Os colaboradores deverão rever e detalhar a proposta de programação para a 13ª
936 Conferência Nacional de Assistência Social, bem como apresentar as condições para uma possível
937 parceria com a Escola nacional de Administração Pública - ENAP, para a apreciação da Comissão
938 Organizadora. 4.1. A comissão Organizadora sugere a seguinte estrutura da 13ª Conferência
939 Nacional, visando auxiliar a Secretaria Executiva na construção do Termo de Referência, em fase de
940 elaboração, e como parâmetro para a locação de espaço para realização da 13ª Conferência Nacional.
941 Encaminhamento: Estrutura da Conferência: 1º Dia: Credenciamento; (8h às 18h). Auditório: Manhã,
942 tarde e noite; Almoço coquetel e jantar (cinco salas a disposição dos segmentos, poder público das
943 três esferas, entidades, usuários, trabalhadores que acomodem no mínimo 150) (uma sala de imprensa,
944 uma sala de soluções, uma sala de relatoria, uma sala de conselheiros, uma sala de apoio do CNAS,
945 uma sala do brincar, sala vip). 2º Dia: Credenciamento até as 12h; Auditório - Salas que abordam:
946 diversidade de públicos; diversidade de territórios; intersetorialidade (15 salas com capacidade cada
947 uma para 150 pessoas). Final do dia programação cultural. Almoço, lanche e jantar (15 salas sendo
948 150 pessoas por sala) (cinco salas a disposição dos segmentos, poder público das três esferas,
949 entidades, usuários, trabalhadores, com capacidade para 100 pessoas). 3º Dia: Salas simultâneas – 5
950 Eixos (manhã e tarde). Programação cultural. Comemoração 30 anos da LOAS (Auditório) – Noite.
951 Mural para registros espontâneo sobre os 30 anos de LOAS. Almoço, lanche e jantar (15 salas sendo
952 150 pessoas por sala) (cinco salas a disposição dos segmentos, poder público das três esferas,
953 entidades, usuários, trabalhadores, com capacidade para 100 pessoas). 4º dia: Plenária final
954 (auditório). Encerramento (auditório). Almoço, lanche e jantar (15 salas sendo 150 pessoas por

955 sala) (cinco salas a disposição dos segmentos, poder público das três esferas, entidades, usuários,
956 trabalhadores, com capacidade para 100 pessoas). Encaminhamento: O pleno aprovou na reunião de
957 fevereiro a distribuição dos estantes. Esta comissão entende que será um estande por região e não um
958 por Estado. Item 5. Proposta pelos colaboradores de revisão do texto no informe nº 3 sobre
959 as Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de
960 2023. Encaminhamento: Proposta de Revisão de texto no Informe nº 3 na argumentação do Eixo 5,
961 página 25, passa a ter a seguinte redação: “*ARGUMENTAÇÃO: Segundo a PNAS (2004) e a sua*
962 *Norma Operacional Básica-NOBSUAS (2012), a segurança de apoio e de auxílio de renda e de*
963 *autonomia está relacionada a assegurar condições dignas de vida em circunstâncias que venham a*
964 *vulnerabilizar brasileiras/os por meio de acesso a benefícios socioassistenciais e transferência de*
965 *renda.”. Item 6. Suplentes de delegados eleitos nas Conferências de Assistência Social.
966 Encaminhamento: Será discutido na pauta de junho. Item 7. Prêmio Mérito Boas práticas. Demandas
967 encaminhadas do Grupo de Trabalho prêmio mérito boas práticas: O grupo solicita reunião *online*
968 no dia 20 de abril, das 9h30 às 12h. Encaminhamento: Sugerir aprovação. 7.1 O grupo Prêmio Mérito,
969 após longa discussão e entendimento, resolveu encaminhar para a equipe de Colaboradores algumas
970 sugestões para a Programação afetas, principalmente ao Prêmio. Também foi discutido sobre uma
971 minuta de resolução com a alteração no nome do Prêmio para: “PRÊMIO MÉRITO CNAS - O SUAS
972 QUE QUEREMOS”. Item 8. Definir colaboradores/as que participarão da reunião da COC em maio.
973 Encaminhamentos: 1) Os colaboradores darão a resposta na quarta-feira, dia 12 de abril; 2) A
974 Comissão também sugere que seja garantido a presença de dois colaboradores nas reuniões da
975 Comissão Organizadora, sendo que uma vaga será para a representante dos usuários, Aldenora
976 Gonzáles. Item 9. Demandas recebidas: 9.1. CMAS do município de Flores da Cunha/RS enviou *e-*
977 *mail* perguntando se será disponibilizado modelo/minuta ou orientações de Regimento Interno, da
978 Convocação da Conferência e sobre Comissão Organizadora da Conferência. Encaminhamento:
979 Enviar resposta informando que o material solicitado está no *blog* do CNAS; 9.2 Conselho Estadual
980 de Assistência Social – CEAS/MS pergunta se a Conferência pode ser realizada no formato *online*.
981 Encaminhamento: Informar ao CEAS/MS que a orientação do CNAS é que as Conferências devem
982 ser realizadas de forma presencial, no intuito de viabilizar a participação dos usuários do SUAS. Item
983 10. Informe sobre o custeio dos delegados da Sociedade Civil e outros informes da reunião com o
984 Ministro do MDAS. No dia 29 de março foi realizada reunião com o Ministro de Estado do MDAS,
985 Welington Dias; o Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão; a Presidente do CNAS,*

1016 Margareth Dallaruvera e a Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de Carvalho,
1015 para tratar sobre o custeio dos delegados da Sociedade Civil na 13ª Conferência Nacional de
1014 Assistência Social, entre outros assuntos. A presidente do CNAS fez o seguinte relato da reunião: a)
1013 Custeio dos delegados da sociedade civil; b) O ministro entrará em contato com os governadores para
1012 verificar se os Estados poderão arcar com as despesas da sua delegação, especialmente os delegados
1011 representantes da sociedade civil. O Secretário Nacional informou sobre a possibilidade de custear a
1010 vinda dos delegados do segmento dos usuários; c) Apresentação cultural: O Secretário também fará
1009 contato com a Secretaria de Cultura para viabilizar as apresentações culturais; d) Participação da
1008 ouvidoria: A ouvidoria está solicitando uma oficina na Conferência para falar sobre participação
1007 social; e) Patrocínio: O Ministro solicitou ao Secretário Nacional de Assistência Social, André
1006 Quintão, para agendar reuniões com a SECOM para verificar a possibilidade de conseguir alguns
1005 patrocinadores para Conferência Nacional, alguns dos possíveis patrocinadores citados
1004 foram: Petrobras, Banco do Brasil, Eletrobrás e Caixa Econômica. Item 11. Sugestão de pauta para
1003 maio: Dia 8 de maio; 9h às 11h - Apresentação sobre a produção de vídeos dos 5 eixos da 13ª
1002 Conferência Nacional de Assistência Social. Convidado: Escola de talentos; 11h às 12h - Informe 5
1001 – Orientações para as Conferências Estaduais e Informe 6 – Orientações para a Conferência do DF.
1000 Convidados: Colaboradores; 14h às 16h - Continuação da discussão dos informes. Abrindo às
1003 manifestações, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins sugeriu que fosse avaliada a
1004 possibilidade de ir até o CAS/DF para que fosse dada uma resposta a sua solicitação. Colocadas todas
1005 as manifestações, definiu-se os seguintes encaminhamentos da Plenária: 1) Aprovar 12 delegados e
1006 seis convidados para o CAS/DF; 2) A CAC fará visita ao CAS/DF. Com relação à alteração do texto
1007 no Informe nº 3 na argumentação do Eixo 5, aprovou-se a manutenção do texto original pela
1008 unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Quanto ao Item 8, deliberou-se, como
1009 encaminhamento da plenária, pela participação da Sra. Aldenora Gomes González e a outra indicação
1010 deverá ser enviada até dia 17 de abril. Não havendo mais manifestações, o relato da reunião da
1011 Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social foi considerado aprovado
1012 pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Em seguida, passou-se ao relato da reunião da
1013 Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS, realizada no dia 12 de abril de 2023. O Conselheiro
1014 Anderson Lopes Miranda indicou os conselheiros, convidada, participantes e membros da Secretaria
1015 Executiva do CNAS presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
1016 Apresentação do Relatório Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS, no que tange aos

1017 aspectos técnicos, administrativos e financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS nº
1018 19/2016. Encaminhamentos: 1) Que a Secretaria Executiva encaminhe aos conselheiros da Comissão,
1019 para conhecimento, cópias das Resoluções do CNAS, referentes ao Programa Primeira Infância no
1020 SUAS; 2) Encaminhar à Comissão Intergestores Tripartite - CIT, com vistas à Câmara Técnica da
1021 Primeira Infância no SUAS, a proposta de encaminhamento da Comissão de Política aprovada no
1022 Pleno do CNAS de dezembro de 2022 de “incluir as crianças em situação de rua como público
1023 prioritário”; 3) Convidar a SNAS/MDAS, em julho/2023, para apresentar informes sobre os trabalhos
1024 da Câmara Técnica da Primeira Infância no SUAS e discutir sobre o prazo para retomada da
1025 apresentação dos relatórios trimestrais do Programa no âmbito da Comissão de Política, conforme
1026 previsto na Resolução CNAS nº 19/2016. Item 2. Informe sobre as contribuições do CONANDA à
1027 proposta de resolução com recomendações de aprimoramento do Programa de Erradicação do
1028 Trabalho Infantil – PETI e definição dos próximos passos. Encaminhamentos: 1) Convidar o
1029 Presidente e o Vice-Presidente do CONANDA para reunião da Comissão de Política em junho/2023
1030 para discussão da referida proposta de resolução e definição de agenda comum entre as comissões de
1031 políticas do CNAS e do CONANDA; 2) Que a Secretaria Executiva faça um levantamento de temas
1032 em comum dos dois conselhos nacionais a partir do Plano de Ação da Comissão e de
1033 encaminhamentos aprovados no Pleno do CNAS. Item 3. Outros assuntos: 3.1. Resposta da
1034 SAGICAD/MDAS sobre a solicitação de dados da População em Situação de Rua - Migrantes e
1035 LGBTQIAPN: Encaminhamentos: 1) Solicitar que SAGICAD priorize a inclusão de campo com
1036 perguntas no CADÚNICO, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero informando ao CNAS
1037 o cronograma da implementação dessas inclusões; 2) Solicitar à SNAS e à SAGICAD a realização
1038 de uma pesquisa censitária da população em situação de rua com caracterização dos seus perfis; 3)
1039 Que a Comissão pautem em data a ser definida posteriormente a apresentação pela SAGICAD do
1040 CADÚNICO de forma que o CNAS possa trazer contribuições de inclusão de campos com vistas a
1041 atender as especificidades do público do SUAS. Item 4. Definição da Pauta e do principal ponto de
1042 pauta da Reunião de junho/23: 4.1. Interface entre CONANDA e CNAS (principal ponto de pauta):
1043 Discussão da proposta de Resolução de recomendação de aprimoramento do PETI e Definição de
1044 agenda comum entre as Comissões de Políticas dos dois Conselhos. Convidados: Presidente e Vice-
1045 Presidente do CONANDA; 4.2. Resgate do processo de discussão da interface do SUAS com o
1046 Sistema de Justiça no âmbito do CNAS; 4.3. Reunião Conjunta das Comissões de Política e de
1047 Normas – debate sobre temas de interesse comum. Não havendo nenhum destaque, o relato da reunião

1048 da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as)
1049 conselheiros(as) presentes. Na sequência, passou-se ao relato da reunião da Comissão de
1050 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, realizada no dia 10 de
1051 abril de 2023. Com a palavra, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins elencou os
1052 conselheiros, convidadas, participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e
1053 relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Construção de nova resolução com
1054 orientação de parâmetros para critérios e prazos dos Benefícios Eventuais para os conselhos
1055 municipais. Encaminhamentos: 1) A equipe técnica do Departamento de Benefícios Assistenciais da
1056 SNAS atualizará a minuta de resolução até o dia 24 de abril. Os conselheiros da CABSTR terão o
1057 prazo de até 15 de maio de 2023 para fazer novas contribuições. A Secretaria Executiva reunirá as
1058 contribuições recebidas e a Coordenadora da Comissão finalizará e validará a proposta de minuta de
1059 resolução, que será encaminhada para conhecimento dos integrantes da Comissão e para os
1060 representantes do CONGEMAS e do FONSEAS no CNAS; 2) Pautar em junho a continuidade da
1061 discussão de proposta de resolução. Convidados: representantes do CONGEMAS e do FONSEAS no
1062 CNAS. Item 2. Apresentação de dados das famílias unipessoais registradas no CadÚnico.
1063 Encaminhamentos: 1) Enviar a apresentação da SAGICAD para conhecimento das Comissões de
1064 Política e de Financiamento, considerando que as duas comissões farão o monitoramento do
1065 PROCAD, por meio de relatório a ser apresentado pela SAGICAD semestralmente; 2) Disponibilizar
1066 a apresentação da SAGICAD no *link* do *google drive* da 316ª Reunião Ordinária na pasta da
1067 CABSTR, para conhecimento de todos os conselheiros do CNAS. Item 3. Avaliação da Oficina da
1068 Reunião Descentralizada e Ampliada - RDA sobre o CadÚnico. Encaminhamento: Manter no Plano
1069 de Ação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
1070 Renda a realização de um ciclo de oficinas em conjunto com a Comissão de Política em data a ser
1071 definida posteriormente. TEMA: A integração entre o SUAS e o CadÚnico como instrumento de
1072 acesso a direitos socioassistenciais. Item 4. Outros Assuntos: 4.1 Ofício CNAS ao Ministro do MDAS
1073 sobre “crédito consignado”. Encaminhamento: A Secretaria Executiva manterá a Comissão
1074 informada sobre a resposta da SENARC e SNAS. 4.2 Resposta do Conselho Nacional dos Direito da
1075 Pessoa Idosa – CNDPI: Encaminhamento: A Comissão realizará um painel sobre o tema na próxima
1076 reunião. Item 5. Definição da pauta da Comissão – junho/2023 e do principal ponto de pauta para
1077 publicação no Diário Oficial da União: 5.1. Continuidade da discussão da minuta de resolução que
1078 propõe parâmetros orientadores à definição de critérios e prazos pelos Conselhos locais de Assistência

1079 Social para a oferta de Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social. Convidados:
1080 representantes do CONGEMAS e FONSEAS no CNAS (caso não possam participar presencialmente,
1081 participarão de forma virtual); 5.2. Painel: Lacunas no Sistema de proteção social para idosos que não
1082 contribuíram para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ou que tiveram baixa contribuição
1083 e não tem idade para requerer o Benefício de Prestação Continuada - BPC (principal ponto de pauta).
1084 Palestrante convidada: Professora Luciana Jaccoud (em não podendo participar, solicitar à professora
1085 a indicação de um nome). Convidados para o debate: Secretaria Nacional de Cuidados e Família
1086 (Departamento de Cuidados da Primeira Infância e da Pessoa Idosa); Conselho Nacional dos Direito
1087 da Pessoa Idosa – CNDPI; Ministério da Previdência Social; Ministério do Trabalho; Instituto
1088 Nacional de Seguro Social – INSS. Não havendo destaques, o relato da reunião da Comissão de
1089 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda foi considerado
1090 aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Em seguida, apresentou as
1091 considerações da Comissão para avaliação da Presidência Ampliada em relação ao seguinte item:
1092 Item 1. Apresentação de dados das famílias unipessoais registradas no CadÚnico: Levar à
1093 consideração da Presidência Ampliada a necessidade de o CNAS, por meio da Comissão de
1094 Acompanhamento aos Conselhos, Comissão específica para tratar sobre o tema apresentado na
1095 Comissão de Benefícios, de: a) Orientar os 25 Conselhos municipais de Assistência Social dos
1096 referidos municípios que não receberam os recursos do PROCAD por não atenderem ao Art. 30-C da
1097 LOAS, para que os mesmos possam articular junto ao Executivo local, de forma que a situação seja
1098 regularizada e o recurso acessado; b) Construir Orientação aos Conselhos de Assistência Social sobre
1099 a necessidade do Controle Social acompanhar, monitorar e fiscalizar o Projeto Executivo de utilização
1100 dos recursos do PROCAD, que está sob a responsabilidade do órgão gestor (podendo a CAC solicitar
1101 apoio técnico à SAGICAD para o detalhamento dessa orientação); c) A Secretaria Executiva
1102 encaminhará à Comissão de Acompanhamento aos Conselhos – CAC a apresentação realizada pela
1103 SAGICAD na CABSTR sobre a referida temática. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera sugeriu
1104 que a apresentação fosse encaminhada para a SNAS com vistas ao DPSB, o que foi acatado. Ato
1105 contínuo, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
1106 Assistência Social, realizada no dia 12 de abril de 2023. A Conselheira Magali Pereira Gonçalves
1107 Costato Basile elencou os conselheiros, ouvintes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
1108 presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apreciação das
1109 perguntas norteadoras (*slides*) para as reuniões regionais (Sul, Norte, Nordeste e Centro Oeste) e

1110 avaliação da Reunião Regional (Sudeste). Encaminhamento: 1) As propostas formuladas nos grupos
1111 (usuários, trabalhadores, entidades e poder público) nas respectivas reuniões regionais serão
1112 analisadas pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos quando encerrada as citadas regionais,
1113 com os seguintes objetivos: a) Identificar os grupos de propostas no que tange a gestão ao controle
1114 social e aos entes federados; b) Identificar as propostas comuns no que se refere aos problemas,
1115 fragilidades e avanços; c) A partir da análise a Comissão irá propor nova dinâmica de aprofundamento
1116 do debate das questões suscitadas, para avaliação do pleno tendo em vista a 13ª Conferência Nacional
1117 de Assistência Social; 1.2 Definições do apoio técnico do MDAS na reunião regional.
1118 Encaminhamento: 1) A SNAS solicitou que o apoio técnico da região Sul seja realizado de forma
1119 híbrida; 2) Vale ressaltar que o anfitrião da região sul o CEAS/PR informou que tem condições
1120 técnicas de receber o apoio no formato híbrido. Sendo assim a Comissão sugere o seguinte formato
1121 dos apoios técnicos: a) Regional Centro Oeste: Apoio Técnico Presencial; b) Regional Sul: Apoio
1122 Técnico online; c) Regional Norte: Apoio Técnico Presencial; d) Regional Nordeste: Apoio Técnico
1123 Presencial. Item 2. Apreciação do relatório da Reunião Trimestral, realizada em março.
1124 Encaminhamentos: 1) Em atenção as solicitações contidas no relatório de avaliação da reunião
1125 trimestral, a comissão propõe o seguinte formato para as próximas reuniões trimestrais: Trimestral de
1126 Junho. Formato: Presencial, no período da manhã a reunião acontecerá na Plenária e a tarde haverá
1127 a divisão em grupos, por região para discutir o processo conferencial. Trimestral de setembro: Antes
1128 da reunião trimestral a CAC propõe um encontro de forma virtual, para ouvir os conselhos estaduais
1129 e construir de forma conjunta a pauta da reunião trimestral, com as seguintes sugestões: a) A partir
1130 do mês de setembro a transmissão da reunião trimestral deverá ser interativa para que os conselheiros
1131 nacionais e estaduais possam participar; b) O CNAS irá custear a vinda de um representante do CEAS.
1132 A Secretaria Executiva deverá ser convidada sendo custeada pelo CEAS; c) A CAC sugere para
1133 otimizar o tempo desses encontros que os conselheiros sejam objetivos em seus informes. 2.1
1134 Definição da Programação da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF, a ser realizada
1135 no dia 12 de junho/2023. Encaminhamento: Elaborada a minuta de Programação da Reunião
1136 Trimestral para a apreciação da Presidência Ampliada. Item 3. Revisão do Plano de ação. A Comissão
1137 avaliou a meta 1 - Apoiar os CEAS para que 100% alcancem a paridade na composição e meta 2 -
1138 Apoiar os CMAS para que 100% alcancem a paridade na composição do Plano de Ação, sendo que
1139 o restante das metas ficou para serem apreciadas na próxima reunião no mês de junho. Item 4. Outros
1140 assuntos: Demandas recebidas na CAC: a) Denúncia recebida por *e-mail* no dia 16 de março da

1141 Conselheira Municipal de Assistência Social – CMAS de Manaus, Sra. Ernestina Barrozo do
1142 Nascimento, contra o Presidente do CMAS de Manaus Sr. Paulo Lamego Presidente do CMAS –
1143 Manaus, de acordo com a carta o presidente tem “atos arbitrários” a demandante relata todo ocorrido
1144 no requerimento em anexo e solicita providencias do Conselho o mais rápido possível.
1145 Encaminhamento: Enviar ofício ao CEAS/AM dando conhecimento sobre a demanda e verificar quais
1146 os procedimentos estão sendo tomados, caso o CEAS saiba sobre o requerimento. Item 5. Proposta
1147 de pauta de junho/2023, com os respectivos convidados (se houver) e principal ponto de pauta: 5.1.
1148 Avaliação das reuniões regionais (ponto principal); 5. 2. Continuação da revisão do Plano de Ação;
1149 5.3. Apreciação dos relatórios preenchidos durante visitas realizadas pelos(as) conselheiros(as)
1150 nacionais nos CMAS e CEAS para verificar as denúncias recebidas no CNAS. Abrindo às
1151 manifestações, definiu-se, como encaminhamentos da plenária, que: Item 1 – Encaminhamento: Após
1152 as cinco regionais, a CAC apresentará o relato final; Item 1.2 – Encaminhamento: Encaminhar para
1153 a SNAS a solicitação de técnicos para a região sul, objetivando também que o apoio técnico seja
1154 presencial. Na sequência, foi realizada a leitura do Relatório da Reunião Trimestral do CNAS com
1155 os CEAS e CAS/DF e apresentada a proposta de programação da Reunião Trimestral de junho, a qual
1156 foi apreciada no relato da Presidência Ampliada. Encaminhamento da plenária: Solicitar à SNAS que
1157 as passagens dos representantes dos CEAS sejam emitidas obedecendo o término do evento.
1158 Finalizados os destaques, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
1159 Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes.
1160 **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera encerrou a 316ª
1161 Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação e colaboração de todos os
1162 conselheiros e da equipe da Secretaria Executiva.

1163

1164

1165

Margareth Alves Dallaruvera

1166

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

1167

1168

1169

Brasília/DF

1170

Abril de 2023